



EDITAL

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022-SEINFRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE.

LOCAL DO PREGÃO: SALA DE SESSÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, SITUADA À TRAVESSA PEDRO ARAÚJO S-N YPIRANGA RUSSAS-CE (CVT), DATA E HORA PARA RECEBER, ABRIR E EXAMINAR PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESAS QUE PRETENDAM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL PPSRP Nº 001.18.02.2022-SEINFRA , EM 04 DE MARÇO DE 2022

ÀS 09:00 HORAS (HORÁRIO LOCAL).

ATENÇÃO: EM CONFORMIDADE COM O DECRETO ESTADUAL Nº 33.608/2020 E COM A LEI FEDERAL Nº 14.019/2020, O USO DE MÁSCARAS É OBRIGATÓRIO DURANTE TODA A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. SERÁ NECESSÁRIO MANTER O DISTANCIAMENTO ENTRE OS PRESENTES E A UTILIZAÇÃO DE ÁLCOOL EM GEL (QUE FICARÁ DISPONÍVEL NOS AMBIENTES DO CVT).

RESSALTA-SE QUE O NÃO CUMPRIMENTO DE TAIS MEDIDAS, IMPOSSIBILITARÁ O LICITANTE DE PERMANECER NA SALA ONDE OCORRERÁ A SESSÃO, SENDO TAL FATO REGISTRADO EM ATA.



PREÂMBULO

ESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17/07/2002 – LEI QUE REGULAMENTA O PREGÃO, PELO DECRETO Nº 3.555, DE 08/08/2000, ALTERADOS PELOS DECRETOS Nº 3.693, DE 20/12/2000 E Nº 3.784, DE 06/04/2001, DECRETO Nº 5.450, DE 31/05/2005, DECRETO MUNICIPAL Nº 077/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017 E TEM COMO SUBSIDIARIA A LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993 E ALTERAÇÕES POSTERIORES – LEI DE LICITAÇÕES, LEI Nº 8.078, DE 11/09/1990 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DECRETO Nº 6.204/07, LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014, LEI FEDERAL Nº 155/2016, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, LEI FEDERAL 12.440 DE 07 DE JULHO DE 2011 QUE ALTERA O TÍTULO VII-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO E DEMAIS NORMAS PERTINENTES E, AINDA, PELAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS** torna público, para conhecimento dos interessados, que a Pregoeira, Sra. ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA, nomeado pela Portaria nº 731/2021, de 14 de Julho de 2021, e assessorado pelos servidores: MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ARAÚJO (Equipe de Apoio) e EMANOEL CARLOS SILVA ARAÚJO (Equipe de Apoio) e Aline Sousa Lima (Suplente) nomeada através desta mesma Portaria, juntada ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicados, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, observadas as normas e condições do presente Edital.

AS PROPOSTAS DEVERÃO OBEDECER ÀS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS POR ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS, QUE DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE.

OS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÃO RECEBIDOS NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO, NA SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO, APÓS O CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS QUE SE APRESENTAREM PARA PARTICIPAR DO CERTAME.

1. DO OBJETO

1.1- REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS.

1.2 CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE

ANEXO I – Termo de Referência
ANEXO II – Minuta do Contrato
ANEXO III – Ficha de Credenciamento
ANEXO IV – Declaração de Habilitação
ANEXO V – Declaração de Fatos Supervenientes
ANEXO VI - Declaração que não emprega menor de 18 anos
ANEXO VII – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



ANEXO VIII – Modelo de Proposta

ANEXO IX-Declaração de Inexistência de Vínculo Empregatício com o Município de Russas.

ANEXO X - Minuta da Ata de Registro De Preço

ANEXO XI – Mapa de Lotes (Resultado)

ANEXO XII - Relação e Qualificação dos Componentes do Cadastro de Reserva

1.3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

1.3.1. O PRESENTE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO SEGUIRÁ O SEGUINTE TRÂMITE EM FASES DISTINTAS:

1.3.2. CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES, CONFORME SUBITEM DESTE EDITAL;

1.3.3. RECEBIMENTO DE ENVELOPES CONTENDO AS “PROPOSTAS DE PREÇOS” E OS “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”;

1.3.4. ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS APRESENTADAS, VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL;

1.3.5. LANCES VERBAIS ENTRE OS CLASSIFICADOS;

1.3.6. HABILITAÇÃO DO LICITANTE MELHOR CLASSIFICADO;

1.3.7. RECURSOS;

1.3.8. ADJUDICAÇÃO;

1.3.9. HOMOLOGAÇÃO;

1.3.10. CONTRATAÇÃO.

2. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1 – PODERÃO PARTICIPAR DO PRESENTE PREGÃO, TODA E QUALQUER FIRMA INDIVIDUAL OU SOCIEDADE REGULARMENTE ESTABELECIDA NO PAÍS, QUE SEJA ESPECIALIZADA E CREDENCIADA NOS REFERIDOS SERVIÇOS OBJETO DESTE CERTAME E QUE SATISFAÇA A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS, DE ACORDO COM OS ANEXOS RELACIONADOS.

2.1.2-NÃO PODERÃO SE BENEFICIAR DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO, AS MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, QUE SE ENCONTREM NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO § 4º DO ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

2.1.3 - SERÁ GARANTIDO AOS LICITANTES ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE, PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO, O PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, EM SEU CAPÍTULO V - DO ACESSO AOS MERCADOS/DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

2.1.4 -AS EMPRESAS ENQUADRADAS NO REGIME DIFERENCIADO E FAVORECIDO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE NÃO APRESENTAREM A DECLARAÇÃO CONSTANTE DO ANEXO VII, PODERÃO PARTICIPAR, NORMALMENTE, DO CERTAME, PORÉM EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES COM AS EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS NESTE REGIME.

2.1.5-A PARTICIPAÇÃO IMPLICA A ACEITAÇÃO INTEGRAL DOS TERMOS DESTE EDITAL.

2.2. DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.2.1-SOB A FORMA DE CONSÓRCIO, QUALQUER QUE SEJA SUA CONSTITUIÇÃO.

2.2.2-QUE TENHAM EM COMUM UM OU MAIS SÓCIOS COTISTAS E/OU PREPOSTOS COM PROCURAÇÃO.

2.2.3-QUE ESTEJAM SOB PROCESSO DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, DISSOLUÇÃO, FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO E LIQUIDAÇÃO.

2.2.4-IMPEDIDAS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



2.2.5-SUSPENSAS TEMPORARIAMENTE DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIDAS DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.

2.2.6-DECLARADAS INIDÔNEAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DESTA CONDIÇÃO.

2.2.7-EMPRESAS CUJOS DIRIGENTES, GERENTES, SÓCIOS OU COMPONENTES DE SEU QUADRO TÉCNICO SEJAM FUNCIONÁRIOS OU EMPREGADOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA OU INDIRETA.

2.2.8-ESTRANGEIRAS NÃO AUTORIZADAS A COMERCIALIZAR NO PAÍS.

2.2.9-CUJO ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL, NÃO INCLUA NO OBJETIVO SOCIAL DA EMPRESA, ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DO CERTAME.

2.2.10-VEDADA, AINDA, A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NOS TERMOS DO ART. 5º, DA LEI FEDERAL Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO D.O.U. DE 20/07/2012.

2.2.11 - NÃO PODERÁ PARTICIPAR EMPRESAS QUE ESTEJAM INCLUÍDAS NO CADASTRO DE INADIMPLÊNCIA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - CADINE, NOS TERMOS DO ART. 3º, DA LEI Nº 12.411, DE 02.01.95 E DO SEU DECRETO REGULAMENTADOR Nº 23.661, DE 20.04.95;

2.2.12- NÃO PODERÁ PARTICIPAR DO CERTAME PESSOA JURÍDICA QUE ESTIVER SOFRENDO PENALIDADES IMPOSTAS POR QUALQUER ÓRGÃO/ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL MOTIVADAS PELAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 88 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

3. DO CREDENCIAMENTO PARA PESSOA JURIDICA

3.1. PARA O CREDENCIAMENTO, DEVERÃO SER APRESENTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

3.1.1. FICHA DE CREDENCIAMENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA CONFORME MODELO DO ANEXO III DESTA EDITAL, CONDICIONANDO TODA E QUALQUER COMUNICAÇÃO ENTRE A PREGOEIRA E LICITANTES ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO INFORMADO NO RESPECTIVO ANEXO, ONDE DEVERÁ SER INDICADO, EXPRESSAMENTE, O NOME DA PESSOA CREDENCIADA, COM OS RESPECTIVOS RG E CPF;

3.1.2. CASO O CONTRATO SOCIAL OU O ESTATUTO DETERMINEM QUE MAIS DE UMA PESSOA DEVA ASSINAR A FICHA DE CREDENCIAMENTO PARA O REPRESENTANTE DA EMPRESA, A FALTA DE QUALQUER UMA INVALIDA O DOCUMENTO PARA OS FINS DESTA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

3.1.3. TRATANDO-SE DE REPRESENTANTE LEGAL, O ESTATUTO SOCIAL, CONTRATO SOCIAL OU OUTRO INSTRUMENTO DE REGISTRO COMERCIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL OU, TRATANDO-SE DE SOCIEDADES CIVIS, O ATO CONSTITUTIVO REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE TAL INVESTIDURA;

3.1.3.1. DOCUMENTO DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADE COMERCIAL OU DE SOCIEDADE POR AÇÕES;

3.1.3.2. INSCRIÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO, ACOMPANHADO DE PROVA DE DIRETORIA EM EXERCÍCIO, NO CASO DE SOCIEDADE CIVIL;

3.1.3.3. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM DECORRÊNCIA DE TAL INVESTIDURA E PARA PRÁTICA DE TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, EM SE TRATANDO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS;

3.2. TRATANDO-SE DE PESSOA FÍSICA, CÉDULA DE IDENTIDADE OU OUTRO DOCUMENTO EQUIVALENTE, COM FOTOGRAFIA.

3.2.1. TRATANDO-SE DE PROCURADOR, O INSTRUMENTO DE **PROCURAÇÃO ESPECÍFICA PÚBLICA OU PARTICULAR ESPECÍFICA (COM NUMERAÇÃO DO CERTAME)**, ESTA ÚLTIMA COM FIRMA RECONHECIDA DO QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES, NEGOCIAR PREÇO, INTERPOR RECURSOS E DESISTIR DE SUA INTERPOSIÇÃO E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS PERTINENTES AO CERTAME, ACOMPANHADO DO CORRESPONDENTE DOCUMENTO QUE

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



COMPROVE OS PODERES DO MANDANTE PARA A OUTORGA (**CONTRATO SOCIAL OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**);

3.2.2. PARA EXERCER OS DIREITOS DE OFERTAR LANCES E/OU MANIFESTAR INTENÇÃO DE RECORRER, É OBRIGATÓRIO A LICITANTE FAZER-SE REPRESENTAR PELO CREDENCIADO EM TODAS AS SESSÕES PÚBLICAS REFERENTES À LICITAÇÃO.

3.2.3. CADA LICITANTE SOMENTE PODERÁ CREDENCIAR 01 (UM) REPRESENTANTE LEGAL NA LICITAÇÃO E, CONSEQUENTEMENTE, CADA CREDENCIADO REPRESENTARÁ SOMENTE 01 (UM) LICITANTE.

3.2.4. NO CASO DE SUBSTITUIÇÃO DO REPRESENTANTE CREDENCIADO, A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR PEDIDO FORMAL NESSE SENTIDO, O QUAL, EM SENDO O CASO, DEVERÁ SE FAZER ACOMPANHAR DOS DOCUMENTOS PREVISTOS NAS CLÁUSULAS ACIMA.

3.3. NÃO PODERÁ UM REPRESENTANTE LEGAL OU UM PROCURADOR REPRESENTAR MAIS DE UMA EMPRESA.

3.4. NO CASO DE LICITANTE ESTE DEVERÁ COMPROVAR A CONDIÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL, ATRAVÉS DE CÓPIA AUTENTICADA DE SEU CONTRATO SOCIAL OU PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REFERIDO ATO.

3.5. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO, CONSTANTE DO **ANEXO IV** DO EDITAL.

3.6. APRESENTA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO, **ANEXO VII** DO EDITAL, SE FOR O CASO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: ESTES DOCUMENTOS (ORIGINAIS OU CÓPIAS) DEVERÃO SER ENTREGUES FORA DOS ENVELOPES, PARA QUE POSSAM SER ANALISADOS NO INÍCIO DOS TRABALHOS, ANTES DA ABERTURA DOS ENVELOPES "PROPOSTAS DE PREÇOS". NO CASO DE CÓPIAS, DEVERÃO SER AUTENTICADAS POR TABELIÃO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: QUEM PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA NO DOCUMENTO DE QUE TRATA OS ITENS ANTERIORES, SUJEITAR-SE-Á ÀS PENALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A INCORREÇÃO OU NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DEFINIDOS NOS ITENS: **3.1 (E SUBITENS); 3.2 (E SUBITENS); 3.3; 3.4 E 3.6 (SE FOR O CASO)** DESTA EDITAL, IMPLICARÁ NO **NÃO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE**, FICANDO O MESMO IMPEDIDO DE OFERTAR LANCES VERBAIS, INTERPOR RECURSOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, PODENDO, ENTRETANTO, PARTICIPAR DA LICITAÇÃO COM SUA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA.

PARÁGRAFO QUARTO: A INCORREÇÃO OU NÃO APRESENTAÇÃO DA **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREVISTA NO ITEM 3.5** DESTA EDITAL IMPLICARÁ NA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.

3.7 DO CREDENCIAMENTO PARA PESSOA FÍSICA:

3.7.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA PREGÃO OS INTERESSADOS QUE ATENDEREM A TODAS AS EXIGÊNCIAS, INCLUSIVE QUANTO A DOCUMENTAÇÃO, CONSTANTES DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS, CADASTRADAS OU NÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS.

3.7.2. FICHA DE CREDENCIAMENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA CONFORME MODELO DO ANEXO III DESTA EDITAL, CONTENDO TODA E QUALQUER COMUNICAÇÃO ENTRE O PREGOEIRO E LICITANTES ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO INFORMADO NO RESPECTIVO ANEXO, ONDE DEVERA SER INDICADO, EXPRESSAMENTE, O NOME DA PESSOA CREDENCIADA, COM OS RESPECTIVOS RG E CPF;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



3.7.2. A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO IMPORTA TOTAL E RESTRITA SUBMISSÃO DOS PROPONENTES AS CONDIÇÕES DESTES EDITAIS, DE ACORDO COM A APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO IV.

3.7.3. CADA LICITANTE APRESENTAR-SE POR 01 (UM) REPRESENTANTE LEGAL QUE, DEVIDAMENTE MUNIDO DE CREDENCIAL, SERÁ (MICE ADMITIDO A INTERVIR EM TODAS AS FASES DO PROCEDIMENTO LICITATORIO, QUE POR ESCRITO, QUE REALMENTE, RESPONDENDO ASSIM, PARA TEDES ES EFEITOS, POR SUA REPRESENTADA).

3.7.4. NENHUMA PESSOA FISICA, AINDA QUE CREDENCIADA PER PROCURAÇÃO LEGAL, PODERÁ REPRESENTAR MAIS DE UMA LICITANTE.

3.7.5. POR CREDENCIAMENTO ENTENDE-SE A ENTREGA DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

I - COPIA DO DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL;

II DOCUMENTO QUE COMPROVE A CAPACIDADE DE REPRESENTAÇÃO, NA FORMA DA LEI, INCLUSIVE COM OUTORGA DE PODERES PARA, NA FORMA DA LEI, FORMULAR OFERTAS E LANCES VERBAIS DE PREÇOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS PERTINENTES AO CERTAME, EM NOME DA LICITANTE.

3.7.6. NOS DEMAIS CASOS, DEVERÃO SER APRESENTADOS PROCURAÇÃO ESPECIFICA (COM IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME) POR INSTRUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR, ESTA ÚLTIMA COM FIRMA RECONHECIDA, COM PLENOS PODERES PARA O CERTAME;

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.6.1. EM SE TRATANDO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME OU EPP), NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123, DE 14/12/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014, PARA QUE ESTAS POSSAM GOZAR DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NAS REFERIDAS LEIS É NECESSÁRIO, À ÉPOCA DO CREDENCIAMENTO, MANIFESTAÇÃO DE CUMPRIR PLENAMENTE OS REQUISITOS PARA CLASSIFICAÇÃO COMO TAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, POR MEIO DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE DEVERÁ SER FEITA NO PRÓPRIO FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO CONFORME MODELO DISPOSTO NO ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO - (ME OU EPP), NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123, DE 14/12/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

3.6.2. EM SE TRATANDO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME OU EPP) QUE POSSUA RESTRIÇÃO FISCAL, QUANTO AOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE CERTAME, DEVERÁ APRESENTAR A DECLARAÇÃO DE QUE TRATA O ITEM SUPRA, FAZENDO CONSTAR EM TAL DOCUMENTO TAMBÉM A DECLARAÇÃO DE QUE CONSTA A RESTRIÇÃO FISCAL E QUE SE COMPROMETE EM SANAR O VÍCIO, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

3.6.3. A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME OU EPP), QUE TENHAM DECLARADO POSSUIR RESTRIÇÃO FISCAL CONFORME O ITEM ACIMA, SOMENTE SERÁ PERMITIDO CASO TAIS EMPRESAS TENHAM MANIFESTADO, NO ATO DE CREDENCIAMENTO, A CONDIÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP, CONFORME DISPÕE O ITEM 3.6.1. DESTES CAPÍTULO.

3.6.4. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, POR OCASIÃO DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO, DEVERÃO APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO:

3.6.5. HAVENDO ALGUMA RESTRIÇÃO NA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, SERÁ ASSEGURADO ÀS MESMAS O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA PREGOEIRA, PARA A REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO, PAGAMENTO OU PARCELAMENTO DO DÉBITO, E EMISSÃO DE EVENTUAIS CERTIDÕES NEGATIVAS OU POSITIVAS, ESTAS COM EFEITO DE NEGATIVA (ART. 43, PARÁGRAFO PRIMEIRO DA LC 147/14);

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



3.6.6. A NÃO REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO, NO PRAZO PREVISTO NO SUBITEM SUPRA, IMPLICARÁ A DECADÊNCIA DO DIREITO À CONTRATAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 81 DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993, SENDO FACULTADO AA PREGOEIRA CONVOCAR OS LICITANTES REMANESCENTES, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA A ASSINATURA DO CONTRATO, OU REVOGAR A LICITAÇÃO (ART. 43, PARÁGRAFO SEGUNDO DA LC 147/14);

3.6.7. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DEVERÃO APRESENTAR AA PREGOEIRA ANTES DE EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 OS DOCUMENTOS:

I. EMPRESAS OPTANTES PELO SISTEMA SIMPLES DE TRIBUTAÇÃO, REGIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006:

A) COMPROVANTE DE OPÇÃO PELO SISTEMA NACIONAL OBTIDO ATRAVÉS DO SITE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, [HTTP://RECEITA.FAZENDA.GOV.BR/SIMPLESNACIONAL](http://RECEITA.FAZENDA.GOV.BR/SIMPLESNACIONAL);

B) DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, DE NÃO HAVER NENHUM IMPEDIMENTOS PREVISTOS DO § 4º DO ARTIGO 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

II. EMPRESAS NÃO OPTANTES PELO SISTEMA SIMPLES DE TRIBUTAÇÃO, REGIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

A) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE COMPROVANDO TER RECEITA BRUTA DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NOS INCISOS I E II DO ARTIGO 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

B) CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- SPED;

C) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ;

D) CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES;

E) DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA DE NÃO HAVER NENHUM IMPEDIMENTO PREVISTOS NOS INCISOS DO § 4º DO ARTIGO 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006;

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1- A PROPOSTA DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO LOCAL, DIA E HORA DETERMINADOS NO EDITAL, EM ENVELOPES SEPARADOS, DEVIDAMENTE FECHADOS E RUBRICADOS NO FECHO, ASSIM DENOMINADOS:

a) ENVELOPE Nº 1: PROPOSTA DE PREÇOS; E

b) ENVELOPE Nº 2: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.2. OS ENVELOPES DEVERÃO CONTER, EM SUAS PARTES EXTERNAS, OS SEGUINTES DIZERES:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022-SEINFRA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022-SEINFRA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



4.3. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 01 (UMA) VIA ORIGINAL, NA LÍNGUA PORTUGUESA, SALVO QUANTO ÀS EXPRESSÕES TÉCNICAS DE USO CORRENTE, REDIGIDA COM CLAREZA, SEM EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS, DEVIDAMENTE DATADA, ASSINADA E RUBRICADA TODAS AS FOLHAS PELO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE PROPONENTE, CONTENDO:

4.3.1. INDICAÇÃO DO NOME E NÚMERO DO BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE PARA EFEITO DE PAGAMENTO (PREFERENCIALMENTE BRADESCO);

4.3.2. PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, EXPRESSOS EM ALGARISMO E POR EXTENSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.3.3. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, SERÁ CONSIDERADO O PRIMEIRO E ENTRE OS EXPRESSOS EM ALGARISMO E POR EXTENSO, PREVALECERÁ O ÚLTIMO;

4.3.4. DECLARAÇÃO EXPRESSA DE QUE NOS PREÇOS CONTIDOS NA PROPOSTA ESCRITA E NAQUELES QUE, PORVENTURA, VIEREM A SER OFERTADOS POR MEIO DE LANCES VERBAIS ESTÃO INCLUÍDOS TODOS OS CUSTOS E DESPESAS, TAIS COMO: IMPOSTOS, TAXAS, FRETES E OUTROS.

4.4. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:

A) CONTIVER VÍCIOS OU ILEGALIDADES;

B) ESTIVER EM DESACORDO COM QUALQUER DAS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL;

C) CONTIVER OFERTA DE VANTAGEM NÃO PREVISTA EM EDITAL, INCLUSIVE FINANCIAMENTOS SUBSIDIADOS OU A FUNDO PERDIDO, OU APRESENTAR PREÇO OU VANTAGEM BASEADA NAS OFERTAS DAS DEMAIS LICITANTES;

D) APRESENTAR PROPOSTA COMERCIAL COM PERCENTUAL DE DESCONTO DE VALOR IGUAL A ZERO;

E) TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS INVEROSSÍMIL;

F) APRESENTAR PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS; ASSIM CONSIDERADOS AQUELES QUE NÃO VENHAM A TER DEMONSTRADA SUA VIABILIDADE, ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE QUE OS CUSTOS DOS INSUMOS SÃO COERENTES COM OS DE MERCADO E QUE OS COEFICIENTES DE PRODUTIVIDADE SÃO COMPATÍVEIS COM A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO;

4.5. AS LICITANTES ARCARÃO COM TODOS OS CUSTOS DECORRENTES DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

4.6. O PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE NO MÍNIMO 60 (SESSENTA) DIAS.

4.7. APÓS ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL ENTREGUE NÃO CABERÁ DESISTÊNCIA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PUNIÇÕES PREVISTAS NA CLÁUSULA - "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS".

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A REUNIÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, SERÁ PÚBLICA, DIRIGIDA PELA PREGOEIRA E REALIZADA NA DATA, HORÁRIO E LOCAL DETERMINADOS NESTE EDITAL.

5.2. NOS TERMOS DO ITEM 2. DESTA EDITAL E COM BASE NO INCISO IV DO ART. 11 DO DECRETO 3.555/2000, O INTERESSADO, OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, DEVERÁ COMPROVAR POSSUIR PODERES PARA FORMULAÇÃO DE OFERTAS E LANCES VERBAIS, BEM COMO PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME.

5.3. DECLARADA A ABERTURA DA SESSÃO PELA PREGOEIRA, NÃO MAIS SERÃO ADMITIDOS NOVOS PROPONENTES, DANDO-SE INÍCIO AO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, JUNTAMENTE COM DECLARAÇÃO DOS INTERESSADOS OU DE SEUS REPRESENTANTES, DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O INCISO VII, ART. 4º DA LEI N.º 10.520, DE 17/07/2002.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



5.4. SERÃO ABERTOS OS ENVELOPES CONTENDO AS **PROPOSTAS DE PREÇOS**, CUJOS DOCUMENTOS SERÃO LIDOS, CONFERIDOS E RUBRICADOS PELA PREGOEIRA E PELOS PARTICIPANTES QUE O DESEJAREM.

6. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME

6.1 - O PREGÃO SERÁ DO TIPO PRESENCIAL, COM A ABERTURA DA LICITAÇÃO EM SESSÃO PÚBLICA, DIRIGIDA POR UM PREGOEIRO, E REALIZAR-SE-Á NO ENDEREÇO CONSTANTE DO PREÂMBULO DESTE EDITAL, SEGUINDO O TRÂMITE INDICADO ABAIXO E OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

6.2 - **CREDENCIAMENTO:** ANTES DO INÍCIO DA SESSÃO OS REPRESENTANTES DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME DEVERÃO SE APRESENTAR PARA CREDENCIAMENTO JUNTO A PREGOEIRA, IDENTIFICAR-SE, E, COMPROVAREM A EXISTÊNCIA DOS NECESSÁRIOS PODERES PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS E PARA A PRÁTICA DE TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, ASSINANDO ENTÃO LISTA DE PRESENÇA.

6.3 - **RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** A PARTIR DO HORÁRIO ESTABELECIDO NO PREÂMBULO DESTE EDITAL TERÁ INÍCIO À SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL, NA PRESENÇA DOS REPRESENTANTES DOS LICITANTES DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E DEMAIS PESSOAS QUE QUEIRAM ASSISTIR AO ATO, ONDE A PREGOEIRA RECEBERÁ DE CADA LICITANTE OU SEU REPRESENTANTE, EM ENVELOPES DISTINTOS, DEVIDAMENTE LACRADOS E RUBRICADOS NOS FECHOS, AS PROPOSTAS DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES, FAZENDO REGISTRAR O NOME DOS LICITANTES QUE ASSIM PROCEDERAM.

6.3.1 - DEPOIS DE ENCERRADO O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, NENHUM OUTRO ENVELOPE OU DOCUMENTO SERÁ ACEITO PELA PREGOEIRA.

6.3.2 - APÓS A ENTREGA DOS ENVELOPES NÃO CABERÁ DESISTÊNCIA POR PARTE DE QUALQUER LICITANTE, SALVO POR MOTIVO JUSTO DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE E ACEITO PELA PREGOEIRA.

6.4 - **ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS:** ABERTOS OS ENVELOPES CONTENDO A "PROPOSTA DE PREÇOS" DE TODOS OS LICITANTES, A PREGOEIRA OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO FARÁ A VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO EDITAL. A SEGUIR, A PREGOEIRA INFORMARÁ AOS PARTICIPANTES PRESENTES QUAIS LICITANTES APRESENTARAM PROPOSTAS DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DO(S) OBJETO(S) DA PRESENTE LICITAÇÃO E OS RESPECTIVOS VALORES OFERTADOS.

6.5 - **CLASSIFICAÇÃO INICIAL:** A PREGOEIRA FARÁ A ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS DE TODOS OS LICITANTES, EM ORDEM DECRESCENTE DE VALOR, CLASSIFICANDO O LICITANTE COM PROPOSTA DE MENOR PREÇO E AQUELES QUE TENHAM APRESENTADO PROPOSTAS COM PREÇOS SUCESSIVOS E SUPERIORES EM ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) RELATIVAMENTE À DE MENOR, PARA QUE SEUS REPRESENTANTES PARTICIPEM DOS LANCES VERBAIS.

6.5.1 - CASO NÃO SEJAM VERIFICADAS NO MÍNIMO 03 (TRÊS) PROPOSTAS DE PREÇOS NAS CONDIÇÕES DEFINIDAS NO SUBITEM 6.5, A PREGOEIRA CLASSIFICARÁ AS MELHORES PROPOSTAS, ATÉ O MÁXIMO DE 03 (TRÊS), PARA QUE SEUS REPRESENTANTES PARTICIPEM DOS LANCES VERBAIS, QUAISQUER QUE SEJAM OS PREÇOS OFERECIDAS NAS PROPOSTAS ESCRITAS INICIAIS.

6.6 - **LANCES VERBAIS:** EM SEGUIDA, SERÁ DADO INÍCIO À ETAPA DE APRESENTAÇÃO DE LANCES VERBAIS, QUE DEVERÃO SER FORMULADOS DE FORMA SUCESSIVA, EM VALORES DISTINTOS E COM PREÇOS DECRESCENTES, OBEDECENDO AS SEGUINTE DISPOSIÇÕES:

6.6.1 - A PREGOEIRA CONVIDARÁ INDIVIDUALMENTE OS LICITANTES CLASSIFICADOS, DE FORMA SEQUENCIAL, A APRESENTAR LANCES VERBAIS, A PARTIR DO AUTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA DE MENOR PREÇO POR ITEM E OS DEMAIS, EM ORDEM DECRESCENTE DE VALOR. NO CASO DE EMPATE DE VALOR ENTRE PROPOSTAS SERÁ REALIZADO IMEDIATAMENTE SORTEIO VISANDO DEFINIR A ORDEM DE LANCE ENTRE OS LICITANTES EMPATADOS.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



- 6.6.2 - SÓ SERÃO ACEITOS OS LANCES CUJOS VALORES FOREM INFERIORES AO ÚLTIMO LANCE QUE TENHA SIDO ANTERIORMENTE REGISTRADO.
- 6.6.3 - A PREGOEIRA NO INÍCIO OU NO DECORRER DA ETAPA DE LANCES VERBAIS TERÁ A PRERROGATIVA DE:
- A) DETERMINAR UM INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES VERBAIS A SEREM REALIZADOS;
- B) DETERMINAR UM PERÍODO MÁXIMO DE TEMPO PARA QUE CADA LICITANTE REALIZE O LANCE VERBAL;
- 6.6.4 - NÃO SERÁ ACEITO O LANCE REALIZADO EM DESACORDO COM AS DETERMINAÇÕES EMANADAS DA PREGOEIRA NA FORMA DA ALÍNEA "A" DO SUB ITEM ANTERIOR.
- 6.6.5 - PRECLUI O DIREITO DE APRESENTAR LANCE VERBAL, SENDO CONSIDERADO DESISTENTE O LICITANTE QUE DEIXAR DE APRESENTAR LANCE NO PRAZO DETERMINADO PELA PREGOEIRA NA FORMA DA ALÍNEA "B" DO SUB ITEM 6.6.3.
- 6.6.6 - A DESISTÊNCIA EM APRESENTAR LANCE VERBAL, QUANDO CONVOCADO PELA PREGOEIRA, IMPLICARÁ EXCLUSÃO DO LICITANTE DAS RODADAS POSTERIORES DE OFERTA DE LANCES VERBAIS, FICANDO SUA ÚLTIMA PROPOSTA REGISTRADA PARA EFEITO DE CLASSIFICAÇÃO AO FINAL DA ETAPA COMPETITIVA.
- 6.6.7 - QUANDO NÃO MAIS SE REALIZAREM LANCES VERBAIS POR QUALQUER DOS LICITANTES SERÁ DECLARADA ENCERRADA A ETAPA COMPETITIVA E ORDENADAS AS OFERTAS EM ORDEM DECRESCENTE, EXCLUSIVAMENTE PELO CRITÉRIO DE MENOR PREÇO.
- 6.6.8 - A PREGOEIRA PODERÁ NEGOCIAR DIRETAMENTE COM O PROPONENTE PARA QUE SEJA OBTIDA MELHOR OFERTA PARA A ADMINISTRAÇÃO NAS SITUAÇÕES EM QUE NÃO SE REALIZEM LANCES VERBAIS, OU REALIZANDO-SE, DEPOIS DE DECLARADO O ENCERRAMENTO DA ETAPA COMPETITIVA SE A OFERTA NÃO FOR ACEITÁVEL, OU SE O LICITANTE CLASSIFICADO FOR CONSIDERADO INABILITADO, NO EXAME DE OFERTA SUBSEQUENTE.
- 6.6.9 - CASO HAJA EMPATE NAS PROPOSTAS ESCRITAS, ORDENADAS E INICIALMENTE CLASSIFICADAS SEM QUE SE REALIZEM LANCES VERBAIS, O DESEMPATE SE FARÁ POR SORTEIO, EM ATO PÚBLICO, NA PRÓPRIA SESSÃO DO PREGÃO.
- 6.6.10 - DECLARADA ENCERRADA A ETAPA COMPETITIVA, COM OU SEM LANCES VERBAIS, E REALIZADA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS, A PREGOEIRA EXAMINARÁ A ACEITABILIDADE DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, ESPECIALMENTE QUANTO À CONFORMIDADE ENTRE A PROPOSTA/OFERTA DE MENOR PREÇO E O VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO CONSTANTE DA PLANILHA ANEXA AO TERMO DE REFERÊNCIA, DECIDINDO MOTIVADAMENTE A RESPEITO.
- 6.6.11 - TRATANDO-SE DE PREÇO INEXEQUÍVEL A PREGOEIRA PODERÁ DETERMINAR AO LICITANTE QUE COMPROVE A EXEQUIBILIDADE DE SUA PROPOSTA, EM PRAZO A SER FIXADO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.
- 6.6.12 - OCORRENDO A HIPÓTESE TRATADA NO SUBITEM ANTERIOR A PREGOEIRA ABRIRÁ O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE PRIMEIRO CLASSIFICADO "SOB CONDIÇÃO", CONSIDERANDO O DISPOSTO NESTE SUBITEM.
- 6.6.13 - DIANTE DA HIPÓTESE TRATADA NO SUBITEM 6.6.11 A PREGOEIRA PODERÁ, TAMBÉM "SOB CONDIÇÃO", NEGOCIAR DIRETAMENTE COM O CLASSIFICADO SUBSEQUENTE PARA QUE SEJA OBTIDA MELHOR OFERTA QUE A SUA PROPOSTA ANTERIORMENTE OFERECIDA À FIM DE CONSEGUIR MELHOR PROPOSTA, CASO NÃO COMPROVADA A EXEQUIBILIDADE DO LICITANTE ANTERIORMENTE CLASSIFICADO.
- 6.6.14 - O LANCE VERBAL DEPOIS DE PROFERIDO SERÁ IRRETRATÁVEL, NÃO PODENDO HAVER DESISTÊNCIA DOS LANCES OFERTADOS, SUJEITANDO-SE O LICITANTE DESISTENTE ÀS PENALIDADES CONSTANTES DESTES EDITAL.
- 6.6.15 - OS LICITANTES QUE APRESENTAREM PREÇOS EXCESSIVOS OU MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS, SERÃO CONSIDERADOS DESCLASSIFICADOS, NÃO SE ADMITINDO COMPLEMENTAÇÃO POSTERIOR.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



6.6.16 - CONSIDERAR-SE-ÃO PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS AQUELES QUE FOREM SIMBÓLICOS, IRRISÓRIOS OU DE VALOR ZERO, INCOMPATÍVEIS COM OS PREÇOS DE MERCADO, ACRESCIDOS DOS RESPECTIVOS ENCARGOS.

6.6.17 - NÃO SERÃO ADJUDICADAS PROPOSTAS COM PREÇOS SUPERIORES AOS VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO.

6.6.17.1 - SERÃO CONSIDERADOS COMPATÍVEIS COM OS DE MERCADO OS PREÇOS REGISTRADOS QUE FOREM IGUAIS OU INFERIORES À MÉDIA DAQUELES APURADOS PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA DE RUSSAS, RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EMISSÃO DA REFERIDA PLANILHA, ASSIM TAMBÉM, DIRIMIDAS AS EVENTUAIS DÚVIDAS QUE POSSAM SURTIR.

6.7 - **HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO:** EXISTINDO PROPOSTA CLASSIFICADA ACEITÁVEL, A PREGOEIRA ANUNCIARÁ A ABERTURA DO ENVELOPE REFERENTE AOS "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" DO(S) LICITANTE(S) QUE APRESENTOU(ARAM) A(S) MELHOR(ES) PROPOSTA(S), PARA CONFIRMAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS, DETERMINADAS NO ITEM 7.

6.7.1 - OS LICITANTES QUE DEIXAREM DE APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ENVELOPE Nº. 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), OU OS APRESENTAREM EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL, OU COM IRREGULARIDADES NO SEU CONTEÚDO E FORMA, SERÃO CONSIDERADOS INABILITADOS, NÃO SE ADMITINDO COMPLEMENTAÇÃO POSTERIOR.

6.7.2 - CONSTATADO O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS FIXADAS NO EDITAL, O LICITANTE SERÁ DECLARADO VENCEDOR, SENDO-LHE ADJUDICADO O OBJETO DA LICITAÇÃO, PELA PREGOEIRA, CASO NÃO HAJA INTENÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR QUALQUER DOS DEMAIS LICITANTES.

6.7.3 - SE O LICITANTE DESATENDER ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS, A PREGOEIRA EXAMINARÁ A OFERTA SUBSEQUENTE, PERMITIDA NEGOCIAÇÃO - SUBITEM 6.6.8 DO EDITAL, VERIFICANDO A SUA ACEITABILIDADE E PROCEDENDO À VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE, ATÉ A APURAÇÃO DE UMA PROPOSTA QUE ATENDA INTEGRALMENTE AO EDITAL, SENDO O RESPECTIVO LICITANTE DECLARADO VENCEDOR E A ELE ADJUDICADO O OBJETO DO CERTAME.

6.7.4 - QUANDO TODOS OS LICITANTES FOREM INABILITADOS OU TODAS AS PROPOSTAS FOREM DESCLASSIFICADAS, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ FIXAR AOS LICITANTES O PRAZO DE 08 (OITO) DIAS ÚTEIS PARA A APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO OU DE NOVA PROPOSTA ESCOIMADAS DAS CAUSAS REFERIDAS NESTE ARTIGO.

6.7.5 - A PREGOEIRA TERÁ A PRERROGATIVA DE DECIDIR SE O EXAME DOS "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" SE DARÁ AO FINAL DA ETAPA COMPETITIVA DE CADA ITEM OU AO FINAL DO JULGAMENTO DE TODOS OS ITENS.

6.8 - **RECURSOS:** SOMENTE NO FINAL DA SESSÃO, DEPOIS DE DECLARADO O(S) LICITANTE(S) VENCEDOR(ES) DO CERTAME, QUALQUER LICITANTE PODERÁ MANIFESTAR, IMEDIATA E MOTIVADAMENTE, A INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSO, COM REGISTRO EM ATA DA SÍNTESE DAS SUAS RAZÕES, FACULTANDO-LHE JUNTAR MEMORIAIS NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS, FICANDO OS DEMAIS LICITANTES DESDE LOGO INTIMADOS PARA APRESENTAR CONTRA-RAZÕES EM PRAZO SUCESSIVO TAMBÉM DE 03 (TRÊS) DIAS (QUE COMEÇARÁ A CORRER DO TÉRMINO DO PRAZO DA RECORRENTE), SENDO-LHES ASSEGURADA VISTA IMEDIATA DOS AUTOS.

6.8.1 - O RECURSO SERÁ DIRIGIDO AO(S) SECRETÁRIO(S) GESTOR(ES), POR INTERMÉDIO DA PREGOEIRA, O QUAL PODERÁ RECONSIDERAR SUA DECISÃO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, OU, NESSE MESMO PRAZO, FAZÊ-LO SUBIR, DEVIDAMENTE INFORMADO, DEVENDO, NESTE CASO, A DECISÃO SER PROFERIDA DENTRO DO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, CONTADO DO RECEBIMENTO DO RECURSO PELO(S) SECRETÁRIO(S) GESTOR(ES).

6.8.2 - NÃO SERÃO ADMITIDOS RECURSOS APRESENTADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO PROCESSO PARA RESPONDER PELO LICITANTE.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



6.8.3 - NÃO SERÁ CONCEDIDO PRAZO PARA RECURSOS SOBRE ASSUNTOS MERAMENTE PROTETÓRIOS OU QUANDO NÃO JUSTIFICADA A INTENÇÃO DE INTERPOR O RECURSO PELO LICITANTE.

6.8.4 - O RECURSO CONTRA DECISÃO DA PREGOEIRA TERÁ EFEITO SUSPENSIVO, CONFORME DISPOSTO NO § 2º DO ART. 109 DA LEI Nº. 8.666/93.

6.8.5 - A FALTA DE MANIFESTAÇÃO IMEDIATA E MOTIVADA DO LICITANTE EM RECORRER, AO FINAL DA SESSÃO DO PREGÃO, IMPORTARÁ A PRECLUSÃO DO DIREITO DE RECURSO E A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PELA PREGOEIRA AO LICITANTE VENCEDOR.

6.8.6 - A PETIÇÃO PODERÁ SER FEITA NA PRÓPRIA SESSÃO E, SE ORAL, SERÁ REDUZIDA A TERMO EM ATA, FACULTADO AA PREGOEIRA O EXAME DOS FATOS E JULGAMENTO IMEDIATO DO RECURSO.

6.8.7 - O ACOLHIMENTO DE RECURSO IMPORTARÁ A INVALIDAÇÃO APENAS DOS ATOS INSUSCETÍVEIS DE APROVEITAMENTO.

6.8.8 - DECIDIDO(S) O(S) RECURSO(S) E CONSTATADA A REGULARIDADE DOS ATOS PROCEDIMENTAIS, O(S) SECRETÁRIO(S) GESTOR(ES) HOMOLOGARÁ(ÃO) E PROCEDERÁ(ÃO) A ADJUDICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) VENCEDORA(S), PARA DETERMINAR A CONTRATAÇÃO;

6.8.9 - A INTIMAÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO — PREGOEIRO OU SECRETÁRIO(S) — EM SEDE RECURSAL SERÁ FEITA MEDIANTE PUBLICAÇÃO DO ATO EM JORNAL OFICIAL OU JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL, CONFORME DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL.

6.8.10 - OS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PERMANECERÃO COM VISTA FRANQUEADA AOS INTERESSADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS/CE.

6.9 - **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** DA SESSÃO DO PREGÃO SERÁ LAVRADA ATA CIRCUNSTANCIADA, QUE MENCIONARÁ OS LICITANTES CREDENCIADOS, AS PROPOSTAS ESCRITAS E VERBAIS APRESENTADAS, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E OS RECURSOS INTERPOSTOS, DEVENDO SER A MESMA OBRIGATORIAMENTE ASSINADA, AO FINAL, PELA PREGOEIRA E SUA EQUIPE DE APOIO, E FACULTATIVAMENTE, PELOS LICITANTES AINDA PRESENTES QUANDO DO ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.

6.9.1 - AO FINAL DA SESSÃO, CASO NÃO HAJA INTENÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E O PREÇO FINAL SEJA IGUAL OU INFERIOR AO PREVISTO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO, SERÁ FEITA PELA PREGOEIRA A ADJUDICAÇÃO AO LICITANTE DECLARADO VENCEDOR DO CERTAME E ENCERRADA A REUNIÃO, APÓS O QUE, O PROCESSO, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, SERÁ ENCAMINHADO:

A) À PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, PARA FINS DE ANÁLISE E PARECER;

B) E DEPOIS À(S) SECRETARIA(S) COMPETENTES PARA HOMOLOGAÇÃO.

6.9.12- O LICITANTE DECLARADO VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR A PREGOEIRA, NO PRAZO MÁXIMO DE **24 (VINTE E QUATRO) HORAS** APÓS O ENCERRAMENTO DESTE PREGÃO, A PROPOSTA ESCRITA DE PREÇOS CONTEMPLANDO O LANCE FINAL OFERTADO - **PROPOSTA CONSOLIDADA.**

6.9.12.1- A EMPRESA QUE NÃO OBEDECER À CLÁUSULA 6.9.12 DO EDITAL SOFRERÁ AS PENALIDADES CONSTANTES DO ART. 87, INCISO III DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

6.10 - **SUSPENSÃO DA SESSÃO:** AA PREGOEIRA É FACULTADO SUSPENDER QUALQUER SESSÃO MEDIANTE MOTIVO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO E MARCAR SUA REABERTURA PARA OUTRA OCASIÃO, FAZENDO CONSTAR ESTA DECISÃO NA ATA DOS TRABALHOS.

6.10.1 - A PREGOEIRA PODERÁ, PARA ANALISAR AS PROPOSTAS DE PREÇOS, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS, SOLICITAR PARECERES TÉCNICOS E SUSPENDER A SESSÃO PARA REALIZAR DILIGÊNCIA A FIM DE OBTER MELHORES SUBSÍDIOS PARA AS SUAS DECISÕES.

6.11 - **INDICAÇÃO DO VENCEDOR:** NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/OFERTAS SERÁ DECLARADO VENCEDOR O LICITANTE QUE, TENDO ATENDIDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DESTE

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



EDITAL, APRESENTAR A MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO DO CERTAME A ELA SERÁ ADJUDICADO.

6.11.1 - NÃO SERÃO CONSIDERADAS OFERTAS OU VANTAGENS NÃO PREVISTAS NESTE EDITAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: ENCERRADA A ETAPA DE LANCES NA HIPÓTESE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITANTE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), SERÁ OBSERVADO O DISPOSTO NOS ART. 44 E 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 6.204 DE 2007 E ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO: NESSAS CONDIÇÕES, AS PROPOSTAS QUE SE ENCONTRAREM NA FAIXA DE 5% (CINCO POR CENTO) ACIMA DA PROPOSTA OU LANCE DE MENOR PREÇO SERÃO CONSIDERADAS EMPATADAS COM A PRIMEIRA COLOCADA E O LICITANTE ME OU EPP MELHOR CLASSIFICADO TERÁ O DIREITO DE ENCAMINHAR UMA ÚLTIMA OFERTA PARA DESEMPATE, OBRIGATORIAMENTE ABAIXO DA PRIMEIRA COLOCADA.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR NO **ENVELOPE N.º 2 - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**, QUE DEMONSTREM ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS QUE SÃO INDICADAS A SEGUIR:

7.2. DECLARAÇÃO EXPRESSA, SOB AS PENALIDADES CABÍVEIS, AFIRMANDO A INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NESTE CERTAME, GARANTINDO AINDA ESTAR CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE INFORMAR ACERCA DE OCORRÊNCIAS POSTERIORES, CONFORME MODELO DE DECLARAÇÃO CONSTANTE DO **ANEXO V DESTE EDITAL**.

7.3. DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO MANTÉM EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, INSALUBRE, PERIGOSO OU PENOSO, E MENORES DE 14 (QUATORZE) ANOS, EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, **ANEXO VI DESTE EDITAL**.

7.4. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O MUNICÍPIO DE RUSSAS DO(S) SÓCIO(S) E/OU PROPRIETÁRIO DA EMPRESA, **ANEXO IX DO EDITAL**.

7.5-CASO NA AUTENTICAÇÃO CONSTE EXPRESSAMENTE QUE A MESMA SE REFERE AO VERSO E AO ANVERSO DO DOCUMENTO, A EXIGÊNCIA REFERENTE À AUTENTICAÇÃO DE TODAS AS FACES DO DOCUMENTO FICA SEM VALIDADE.

7.6-CASO O DOCUMENTO APRESENTADO SEJA EXPEDIDO POR INSTITUIÇÃO QUE LEGALMENTE E COM REGULARIDADE PERMITA A SUA EMISSÃO E CONSULTA PELA INTERNET, A PREGOEIRA PODERÁ VERIFICAR A AUTENTICIDADE DESTE ATRAVÉS DE CONSULTA JUNTO AO RESPECTIVO SITE.

7.7-PARA A HABILITAÇÃO JURÍDICA, O LICITANTE DEVERÁ, NOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DEMONSTRAR A COMPATIBILIDADE DOS SEUS OBJETIVOS SOCIAIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, PODENDO SER ATRAVÉS DO CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS.

7.8. O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL PODERÁ SER APRESENTADO POR LICITANTE INSCRITO NO CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE RUSSAS, QUE SUBSTITUIRÁ OS DOCUMENTOS REFERENTES ÀS HABILITAÇÕES JURÍDICA E FISCAL, EXCETO OS DOCUMENTOS ENUMERADOS NOS INCISOS III E IV DO ART. 29 DA LEI Nº 8.666/93, DESDE QUE, QUANDO DA VERIFICAÇÃO PELA PREGOEIRA, SEJA CONSTATADO QUE A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA ESTEJA DEVIDAMENTE REGULAR, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE PREVISTO PARA ESTE CERTAME E DISPONÍVEL NO ARQUIVO E CONTROLES DO COMPETENTE CADASTRO.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1) **REGISTRO COMERCIAL**, NO CASO DE EMPRESA, NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESA MERCANTIL DA JUNTA COMERCIAL; DEVENDO, NO CASO DA LICITANTE SER A SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA, APRESENTAR O REGISTRO DA JUNTA ONDE OPERA COM AVERBAÇÃO NO REGISTRO DA JUNTA ONDE TEM SEDE A MATRIZ, ACOMPANHADO DA(S) CÓPIA(S) DO(S) CPF E RG DO(S) SÓCIO(S) DA EMPRESA.

A.2) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESA MERCANTIL DA JUNTA COMERCIAL, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS E, NO CASO DE SOCIEDADES POR AÇÕES, ACOMPANHADO DE DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES; DEVENDO, NO CASO DA LICITANTE SER A SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA, APRESENTAR O REGISTRO DA JUNTA ONDE OPERA COM AVERBAÇÃO NO REGISTRO DA JUNTA ONDE TEM SEDE A MATRIZ, ACOMPANHADO DA(S) CÓPIA(S) DO(S) CPF E RG DO(S) SÓCIO(S) DA EMPRESA..

A.3) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, NO CASO DE SOCIEDADES SIMPLES - EXCETO COOPERATIVAS - NO CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS ACOMPANHADA DE PROVA DA DIRETORIA EM EXERCÍCIO; DEVENDO, NO CASO DA LICITANTE SER A SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA, APRESENTAR O REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS DO ESTADO ONDE OPERA COM AVERBAÇÃO NO CARTÓRIO ONDE TEM SEDE A MATRIZ.

A.4) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, EM SE TRATANDO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS, E ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE, QUANDO A ATIVIDADE ASSIM O EXIGIR.

A.5) **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, NO CASO DE COOPERATIVA, ACOMPANHADO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- I) ATO CONSTITUTIVO OU ESTATUTO SOCIAL, NOS TERMOS DOS ARTS. 15 AO 21 DA LEI 5.764/71;
- II) COMPROVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA (DIRETORIA E CONSELHEIROS), CONSOANTE ART. 47 DA LEI 5.764/71;
- III) ATA DE FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA;
- IV) ATA DA ASSEMBLÉIA QUE APROVOU O ESTATUTO SOCIAL;
- V) REGIMENTO INTERNO COM A ATA DA ASSEMBLÉIA QUE O APROVOU;
- VI) REGIMENTO DOS FUNDOS CONSTITUÍDOS PELOS COOPERADOS COM A ATA DA ASSEMBLÉIA QUE OS APROVOU;
- VII) EDITAIS DAS 03 ÚLTIMAS ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS.

A.6) **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**, NO CASO DE LICITANTE INSCRITA NO CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE RUSSAS, NO SEU PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ITEM 7.6.

I) O CERTIFICADO EXIGIDO ACIMA É OBRIGATÓRIO SOMENTE PARA O LICITANTE QUE QUEIRA SUBSTITUIR DOCUMENTO CONFORME O ESTABELECIDO NO ITEM 7.6.

B) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

B.1) APRESENTAR O **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, JÁ EXIGÍVEIS E APRESENTADOS NA FORMA DA LEI, DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, QUE COMPROVEM A BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA, VEDADA A SUA SUBSTITUIÇÃO POR BALANCETES OU BALANÇOS PROVISÓRIOS, O BALANÇO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO - ESTES TERMOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL -

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



CONSTANDO AINDA, PODENDO SER ATUALIZADOS POR ÍNDICES OFICIAIS QUANDO ENCERRADOS HÁ MAIS DE TRÊS MESES DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NA FORMA DO ARTIGO 31, INCISO I, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, O MESMO DEVERÁ ESTAR ASSINADO PELO CONTADOR (REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE) E PELO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA; AS ASSINATURAS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE IDENTIFICADAS, SENDO OBRIGATÓRIA A APOSIÇÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL DO CONTADOR, E, OU, NO CASO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, DECLARADA EM CREDENCIAMENTO, PODERÁ APRESENTAR: CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS (DEFIS) DE PESSOA JURÍDICA E RESPECTIVO RECIBO DE ENTREGA EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA GERADOR DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO O SIMPLES NACIONAL;

B.2) NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES, O BALANÇO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DA PUBLICAÇÃO EM JORNAL OFICIAL, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO E DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL;

B.3) NO CASO DAS DEMAIS SOCIEDADES EMPRESARIAIS, O BALANÇO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO - ESTES TERMOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL - CONSTANDO AINDA, NO BALANÇO, O NÚMERO DO LIVRO DIÁRIO E DAS FOLHAS NOS QUAIS SE ACHA TRANSCRITO POR CONTADOR REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE E PELO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA;

B.4) NO CASO DE EMPRESA RECÉM-CONSTRUÍDA (HÁ MENOS DE 01 ANO), DEVERÁ SER APRESENTADO O BALANÇO DE ABERTURA ACOMPANHADO DOS TERMOS DE ABERTURA DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, CONSTANDO NO BALANÇO O NÚMERO DO LIVRO E DAS FOLHAS NOS QUAIS SE ACHA TRANSCRITO OU AUTENTICADO NA JUNTA COMERCIAL, DEVENDO SER ASSINADO POR CONTADOR REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE E PELO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

B.5) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA** EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR, OU DISTRIBUIDORES, SE FOR O CASO, DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA.

I) NO CASO DA LICITANTE FOR PARTICIPAR COM A FILIAL TERÁ QUE APRESENTAR AS CERTIDÕES DE SUA FILIAL, NO CASO DA LICITANTE FOR PARTICIPAR COM A MATRIZ TERÁ QUE APRESENTAR AS CERTIDÕES DE SUA MATRIZ.

C) REGULARIDADE FISCAL

C.1) CARTÃO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ;

C.2) PROVA DE INSCRIÇÃO JUNTO À FAZENDA ESTADUAL OU MUNICIPAL OU DOCUMENTO DE ISENÇÃO;

C.3) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DA SEDE OU FILIAL DO LICITANTE, EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS ABAIXO RELACIONADOS E DENTRO DOS SEUS PERÍODOS DE VALIDADE, DEVENDO OS MESMOS APRESENTAREM **IGUALDADE DE CNPJ**.

I) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.

II) CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, OU EQUIVALENTE, REFERENTE AO ICMS, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO;

III) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELO SETOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DA SEDE DO DOMICÍLIO DO LICITANTE.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



C.4) A PROVA DE SITUAÇÃO REGULAR FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DIVIDA ATIVA DA UNIÃO), ALTERADA PELA PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751 DE 02/10/2014; ENCONTRADA NO SITE: PORTCONJUNTARFBPGFN18212014.HTM.

C.5) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRF) OU EQUIVALENTE, PERANTE O GESTOR DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), DA JURISDIÇÃO DA SEDE OU FILIAL DO LICITANTE, DEVENDO O MESMO TER IGUALDADE DE CNPJ COM OS DEMAIS DOCUMENTOS APRESENTADOS NA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL.

C.6) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), DA JURISDIÇÃO DA SEDE OU FILIAL DO LICITANTE, DEVENDO O MESMO TER IGUALDADE DE CNPJ COM OS DEMAIS DOCUMENTOS APRESENTADOS NA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL.

C.7) ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO EMITIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE DE CADA MUNICÍPIO DA SEDE DA EMPRESA PROPONENTE;

C.8) OS DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE FISCAL DEVERÃO APRESENTAR **IGUALDADE DE CNPJ** RESSALVANDO-SE AQUELE QUE O PRÓPRIO ÓRGÃO EMISSOR DECLARA EXPRESSAMENTE NO REFERIDO DOCUMENTO QUE ELE É VÁLIDO PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS - SEDE E FILIAIS DA LICITANTE.

C.9) CASO HAJA DOCUMENTOS REDIGIDOS EM IDIOMA ESTRANGEIRO, OS MESMOS SOMENTE SERÃO CONSIDERADOS SE FOREM ACOMPANHADOS DA VERSÃO EM PORTUGUÊS FIRMADA POR TRADUTOR JURAMENTADO.

C.10) AS CERTIDÕES DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE, EXIGIDAS NESTE EDITAL, QUE NÃO APRESENTAREM EXPRESSAMENTE O SEU PERÍODO DE VALIDADE, DEVERÃO TER SIDO EMITIDAS NOS **30 (TRINTA) DIAS ANTERIORES À DATA DE ABERTURA DO CERTAME.**

D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

D.1) APRESENTAR PELO MENOS 01 (UM) ATESTADO FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PARTICULAR, SENDO ESTE ÚLTIMO COM FIRMA RECONHECIDA DO ASSINANTE, COMPROVANDO APTIDÃO PELO CONCORRENTE PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.

E) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA:

E.1] CÓPIA AUTENTICADA DO COMPROVANTE DO RESIDÊNCIA;

E.2] CÓPIA AUTENTICADA DO RG;

E.3] CÓPIA AUTENTICADA DO CPF;

E.4) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO TRIBUTOS MUNICIPAIS — CND, EMITIDA PELO MUNICÍPIO DA SEDE DO LICITANTE;

E.5) DECLARAÇÃO EXPRESSA, SOB AS PENALIDADES CABIVEIS, AFIRMANDO A INEXISTÊNCIA DO FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NESTE CERTAME, GARANTINDO AINDA ESTA CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE INFORMAR ACERCA DE OCORRÊNCIAS POSTERIORES, CONFORME MODELO DE DECLARAÇÃO CONSTANTE DO ANEXO V DESTE EDITAL;

E.6) DECLARAÇÃO FORMAL DO QUE A LICITANTE NÃO POSSUI MENORES TRABALHANDO CONFORME DETERMINA O INCISO XXXIII, ART. 79 DA CONSTITUICAO FEDERAL (ANEXO VI).

E.7) DECLARAÇÃO DO INEXISTÊNCIA DO VINCULO (ANEXO IX) EMPREGATÍCIO C/O MUNICÍPIO DO RUSSAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: ESTES DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS EM (ORIGINAIS OU CÓPIAS), NO CASO DE CÓPIAS, DEVERÃO SER AUTENTICADAS POR TABELIÃO.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



8. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO

8.1 - ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA FIXADA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PODERÁ SOLICITAR ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR O ATO CONVOCATÓRIO DESTES PREGÃO.

8.1.1 - DECAIRÁ DO DIREITO DE IMPUGNAR OS TERMOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO PERANTE A ADMINISTRAÇÃO A PESSOA QUE NÃO O FIZER DENTRO DO PRAZO FIXADO NESTE SUBITEM, HIPÓTESE EM QUE TAL COMUNICAÇÃO NÃO TERÁ EFEITO DE RECURSO.

8.1.2 - A IMPUGNAÇÃO FEITA TEMPESTIVAMENTE PELO LICITANTE NÃO O IMPEDIRÁ DE PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO A ELA PERTINENTE.

8.2 - SOMENTE SERÃO ACEITAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES MEDIANTE PETIÇÃO CONFECCIONADA EM MÁQUINA DATILOGRÁFICA OU IMPRESSORA ELETRÔNICA, EM TINTA NÃO LAVÁVEL, QUE PREENCHAM OS SEGUINTE REQUISITOS:

8.2.1 - O ENDEREÇAMENTO A PREGOEIRA DA PREFEITURA DE RUSSAS/CE;

8.2.2 - A IDENTIFICAÇÃO PRECISA E COMPLETA DO AUTOR E SEU REPRESENTANTE LEGAL (ACOMPANHADO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS) SE FOR O CASO, CONTENDO O NOME, PRENOME, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, DOMICÍLIO, NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, DEVIDAMENTE DATADA, ASSINADA E PROTOCOLADA NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS/CE OU ENVIADA PARA O E-MAIL:licitação@russas.ce.gov.br, DENTRO DO PRAZO EDITALÍCIO;

8.2.3 - O FATO E O FUNDAMENTO JURÍDICO DE SEU PEDIDO, INDICANDO QUAIS OS ITENS OU SUB ITENS DISCUTIDOS;

8.2.4 - O PEDIDO, COM SUAS ESPECIFICAÇÕES;

8.3 - A RESPOSTA DO MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE, SERÁ DISPONIBILIZADA A TODAS OS INTERESSADOS MEDIANTE PUBLICAÇÃO DO ATO EM JORNAL OFICIAL OU JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL, CONFORME DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL E CONSTITUIRÁ ADITAMENTO A ESTAS INSTRUÇÕES.

8.4 - O ADITAMENTO PREVALECERÁ SEMPRE EM RELAÇÃO AO QUE FOR ADITADO.

8.5 - ACOLHIDA A PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO CONTRA O ATO CONVOCATÓRIO QUE IMPORTE EM MODIFICAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL SERÁ DESIGNADA NOVA DATA PARA A REALIZAÇÃO DO CERTAME, EXCETO QUANDO, INQUESTIONAVELMENTE, A ALTERAÇÃO NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.

8.5.1 - QUALQUER MODIFICAÇÃO NESTE EDITAL SERÁ DIVULGADA PELA MESMA FORMA QUE SE DEU AO TEXTO ORIGINAL, EXCETO QUANDO, INQUESTIONAVELMENTE, A ALTERAÇÃO NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.

9 - DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

9.1- EM QUALQUER FASE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, A PREGOEIRA OU A AUTORIDADE SUPERIOR, PODERÁ PROMOVER DILIGÊNCIAS NO SENTIDO DE OBTER ESCLARECIMENTOS, CONFIRMAR INFORMAÇÕES OU PERMITIR SEJAM SANADAS FALHAS FORMAIS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPLEMENTEM A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA, FIXANDO O PRAZO PARA A RESPOSTA.

9.2 - OS LICITANTES NOTIFICADOS PARA PRESTAR QUAISQUER ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS DEVERÃO FAZÊ-LO NO PRAZO DETERMINADO PELA PREGOEIRA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



9.3 - O MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE PODERÁ REVOGAR A LICITAÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, NO TODO OU EM PARTE OU ANULAR ESTA LICITAÇÃO, EM QUALQUER ETAPA DO PROCESSO.

10- DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ADJUDICAÇÃO DAR-SE-Á PELA PREGOEIRA QUANDO NÃO OCORRER INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, PODENDO SER TAMBÉM ADJUDICADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE. CASO CONTRÁRIO, A ADJUDICAÇÃO FICARÁ EXCLUSIVAMENTE A CARGO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

10.2. A HOMOLOGAÇÃO DAR-SE-Á EXCLUSIVAMENTE PELA AUTORIDADE COMPETENTE.

10.3. APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO, OS PREÇOS OFERTADOS PELOS LICITANTES VENCEDORES DOS LOTES, SERÃO REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ELABORADA CONFORME O ANEXO X DESTA EDITAL.

10.3.1. SERÁ INCLUÍDO, NA RESPECTIVA ATA O REGISTRO DOS LICITANTES QUE ACEITAREM COTAR O PRODUTO/SERVIÇO COM PREÇOS IGUAIS AO DO LICITANTE VENCEDOR NA SEQUÊNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DO CERTAME.

10.4. OS LICITANTES CLASSIFICADOS EM PRIMEIRO LUGAR TERÃO O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO, PARA COMPARECEREM PERANTE AO GESTOR A FIM DE ASSINAREM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. O PRAZO DE COMPARECIMENTO PODERÁ SER PRORROGADO UMA VEZ POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE OCORRA MOTIVO JUSTIFICADO E ACEITO.

10.5. QUANDO O VENCEDOR NÃO COMPROVAR AS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS CONSIGNADAS NESTE EDITAL, OU RECUSAR-SE A ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PODERÁ SER CONVIDADO OUTRO LICITANTE PELA PREGOEIRA, DESDE QUE RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA, DEPOIS DE COMPROVADOS OS REQUISITOS HABILITATÓRIOS E FEITA A NEGOCIAÇÃO, ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.6. O SISTEMA GERARÁ ATA CIRCUNSTANCIADA, NA QUAL ESTARÃO REGISTRADOS TODOS OS ATOS DO PROCEDIMENTO E AS OCORRÊNCIAS RELEVANTES.

10.7- A AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE DO ÓRGÃO DE ORIGEM DESTA LICITAÇÃO SE RESERVA AO DIREITO DE NÃO HOMOLOGAR OU REVOGAR O PRESENTE PROCESSO, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E MEDIANTE FUNDAMENTAÇÃO POR ESCRITO.

11- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

11.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE FINANÇAS AO QUAL SERÁ O ÓRGÃO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE QUE TRATA ESTE EDITAL.

11.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ELABORADA CONFORME O (ANEXO X) SERÁ ASSINADA PELO ORDENADOR DE DESPESA DA SECRETARIA DE FINANÇAS, OU, POR DELEGAÇÃO, POR SEU SUBSTITUTO LEGAL, PELA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO E PELO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR LEGALMENTE CREDENCIADO E IDENTIFICADO.

11.3. OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÃO AQUELES OFERTADOS NAS PROPOSTAS DE PREÇOS DOS LICITANTES VENCEDORES, BEM COMO DOS LICITANTES QUE ACEITAREM COTAR OS SERVIÇOS/PRODUTOS ORA LICITADOS COM PREÇOS IGUAIS AO DO LICITANTE VENCEDOR, NA SEQUÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DO CERTAME.

11.4. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS UMA VEZ LAVRADA E ASSINADA, NÃO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELA PODERÃO ADVIR, FICANDO-LHE FACULTADA A UTILIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO, RESPEITADOS OS DISPOSITIVOS DA LEI FEDERAL 8.666/1993, SENDO ASSEGURADO AO DETENTOR DO REGISTRO DE PREÇOS A PREFERÊNCIA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.

PAÇO MUNICIPAL:

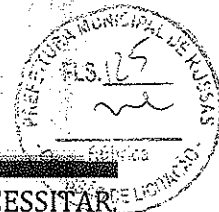
Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



11.5. O PARTICIPANTE DO SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), QUANDO NECESSITAR EFETUARÁ AQUISIÇÕES JUNTO AO FORNECEDOR DETENTOR DE PREÇOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE ACORDO COM OS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES PREVISTOS, DURANTE A VIGÊNCIA DO DOCUMENTO SUPRACITADO.

11.6. O FORNECEDOR DETENTOR DE PREÇOS REGISTRADOS FICARÁ OBRIGADO A FORNECER O OBJETO LICITADO AO PARTICIPANTE DO SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), NOS PRAZOS A SEREM DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONTRATUAL E NOS LOCAIS ESPECIFICADOS NO (ANEXO I) - DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

11.7. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DURANTE SUA VIGÊNCIA, PODERÁ SER UTILIZADA POR QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL, NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO INTERESSADO, MEDIANTE CONSULTA PRÉVIA AO ÓRGÃO GESTOR DO REGISTRO DE PREÇOS E CONCORDÂNCIA DO(S) FORNECEDOR(ES), CONFORME DISCIPLINA AS LEGISLAÇÕES VIGENTES.

11.8. OS ÓRGÃOS INTERESSADOS, QUANDO DESEJAREM FAZER USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DEVERÃO MANIFESTAR SEU INTERESSE JUNTO AOS ÓRGÃOS GERENCIADORES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, O QUAL INDICARÁ O FORNECEDOR E O PREÇO A SER PRATICADO.

11.8.1. AS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE QUE TRATA ESTE SUBITEM NÃO PODERÃO EXCEDER, POR ÓRGÃO INTERESSADO, AO SOMATÓRIO DO QUANTITATIVO ESTABELECIDO NO DECRETO FEDERAL Nº 7892/13.

11.9. CABERÁ AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS INTERESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PROCEDER A INDICAÇÃO DO FORNECEDOR DETENTOR DO PREÇO REGISTRADO, OBEDECIDA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

11.10. O DETENTOR DE PREÇOS REGISTRADOS QUE DESCUMPRIR AS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS RECUSANDO-SE A FORNECER O OBJETO LICITADO AO PARTICIPANTE DO SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), NÃO ACEITANDO REDUZIR OS PREÇOS REGISTRADOS QUANDO ESTES SE TORNAREM SUPERIORES AOS DE MERCADO, OU NOS CASOS EM QUE FOR DECLARADO INIDÔNICO OU IMPEDIDO PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E AINDA, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO, TERÁ O SEU REGISTRO CANCELADO.

11.11. A COMISSÃO DE PREGÃO PROVIDENCIARÁ A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS NA IMPRENSA OFICIAL, COMO PEDE A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

11.12. OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER REVISTOS A QUALQUER TEMPO EM DECORRÊNCIA DA REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO OU DE FATO QUE ELEVE OS CUSTOS DOS ITENS REGISTRADOS, OBEDECENDO AOS PARÂMETROS CONSTANTES NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE E VIGENTE.

11.13. A PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA REQUISITANTE, CONVOCARÁ O FORNECEDOR PARA NEGOCIAR O PREÇO REGISTRADO E ADEQUÁ-LO AO PREÇO DE MERCADO, SEMPRE QUE VERIFICAR QUE O PREÇO REGISTRADO ESTÁ ACIMA DO PREÇO DE MERCADO. CASO SEJA FRUSTRADA A NEGOCIAÇÃO, O FORNECEDOR SERÁ LIBERADO DO COMPROMISSO ASSUMIDO.

11.14. NÃO HAVENDO ÊXITO NAS NEGOCIAÇÕES COM OS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS, O GESTOR DA ATA, PODERÁ CONVOCAR OS DEMAIS FORNECEDORES CLASSIFICADOS, PODENDO NEGOCIAR OS PREÇOS DE MERCADO, OU CANCELAR O ITEM, OU AINDA REVOGAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.15. SERÃO CONSIDERADOS PREÇOS DE MERCADO, OS PREÇOS QUE FOREM IGUAIS OU INFERIORES À MÉDIA DAQUELES APURADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA OS ITENS REGISTRADOS.

11.16. AS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS, ORIUNDAS DA REVISÃO DOS MESMOS, SERÃO PUBLICADAS NA IMPRENSA OFICIAL E NO QUADRO DE AVISO DESTE MUNICÍPIO.

11.17. AS DEMAIS CONDIÇÕES CONTRATUAIS SE ENCONTRAM ESTABELECIDAS NO (ANEXO X) -

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.18. AS QUANTIDADES PREVISTAS NO **(ANEXO I) - TERMO DE REFERÊNCIA** DESTE EDITAL SÃO ESTIMATIVAS MÁXIMAS PARA O PERÍODO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, RESERVANDO-SE A ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA, O DIREITO DE ADQUIRIR O QUANTITATIVO QUE JULGAR NECESSÁRIO OU MESMO ABSTER-SE DE ADQUIRIR O ITEM ESPECIFICADO.

11.19. O CONTRATO DECORRENTE DO REGISTRO DE PREÇOS, A SER FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DETENTORA DO REGISTRO, PODERÁ SER FORMALIZADO ATRAVÉS DO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇOS E DE NOTA DE EMPENHO PELA DETENTORA, OU OUTRO INSTRUMENTO SIMILAR QUE SUBSTITUIRÁ O INSTRUMENTO CONTRATUAL NOS CASOS PREVISTOS NO ARTIGO 62 E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, OBSERVANDO-SE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, SEUS ANEXOS E NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

11.20. CASO A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SE RECUSE, INJUSTIFICADAMENTE, A ASSINAR O CONTRATO, A AUTORIDADE SUPERIOR DEVERÁ EXTINGUIR OS EFEITOS DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.

12 - DA DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 - O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO, PODENDO SER PRORROGADA, CONFORME ART. 12. DO DECRETO 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013. O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO SERÁ SUPERIOR A DOZE MESES, INCLUÍDAS EVENTUAIS PRORROGAÇÕES, CONFORME O INCISO III DO § 3º DO ART. 15 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

12.2 - AO FINAL DA SESSÃO, ENCONTRADO O MELHOR LANCE, SERÁ INDAGADO AOS DEMAIS PARTICIPANTES NA SUA RESPECTIVA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, A INTENÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DOS MESMOS, TUDO CONFORME OS TERMOS DO INCISO II DO ART. 11, PARÁGRAFO 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 077/2017, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

13- DA FONTE DE RECURSOS

13.1 - AS DESPESAS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO PELA FONTE DE RECURSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, A SER INFORMADA DA LAVRATURA DO CONTRATO.

14- DO PREÇO DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. PREÇOS: OS PREÇOS OFERTADOS DEVEM SER APRESENTADOS COM A INCIDÊNCIA DE TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS, TAXAS, FRETES, SEGUROS, DESLOCAMENTOS DE PESSOAL, CUSTOS, E DEMAIS DESPESAS PREVISÍVEIS QUE POSSAM INCIDIR SOBRE O FORNECIMENTO, INCLUSIVE A MARGEM DE LUCRO.

14.2. REAJUSTE: OS VALORES CONSTANTES DAS PROPOSTAS NÃO SOFRERÃO REAJUSTE ANTES DE DECORRIDOS 12 (DOZE) MESES, HIPÓTESE NA QUAL PODERÁ SER UTILIZADO O ÍNDICE IPCA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

14.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: NA HIPÓTESE DE SOBREVIREM FATOS IMPREVISÍVEIS, OU PREVISÍVEIS, PORÉM DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, RETARDADORES OU IMPEDITIVOS DA EXECUÇÃO DO AJUSTADO, OU AINDA, EM CASO DE FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO OU FATO DO PRÍNCIPE, CONFIGURANDO ÁLEA ECONÔMICA EXTRAORDINÁRIA E EXTRA CONTRATUAL, PODERÁ, MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ONDE RESTE DEMONSTRADA TAL SITUAÇÃO E TERMO ADITIVO, SER RESTABELECIDA A RELAÇÃO QUE AS PARTES PACTUARAM INICIALMENTE ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO

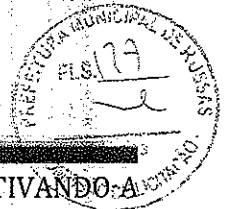
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL DO CONTRATO, NA FORMA DO ARTIGO 65, II, "D" DA LEI Nº. 8.666/93, ALTERADA E CONSOLIDADA.

15- DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DAR-SE-Á NOS TERMOS DO ART. 67 DA LEI FEDERAL 8.666 DE 1993, SERÁ DESIGNADO REPRESENTANTE PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A ENTREGA DOS BENS E/OU SERVIÇOS, ANOTANDO EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS A EXECUÇÃO E DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DE FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS.

15.2 - A FISCALIZAÇÃO NÃO EXCLUI NEM REDUZ A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, INCLUSIVE PERANTE TERCEIROS, POR QUALQUER IRREGULARIDADE, AINDA QUE RESULTE DE IMPERFEIÇÕES TÉCNICAS OU VÍCIOS REDIBITÓRIOS, E, NA OCORRÊNCIA DESTA, NÃO IMPLICA CORRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO OU DE SEUS AGENTES E PREPOSTOS, DE CONFORMIDADE COM O ART. 70 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

15.3 - O REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO ANOTARÁ EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DO CONTRATO, INDICANDO DIA, MÊS E ANO, BEM COMO O NOME DOS FUNCIONÁRIOS À REGULARIZAÇÃO EVENTUALMENTE ENVOLVIDOS, DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DAS FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS E ENCAMINHANDO OS APONTAMENTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

15.4 - NO INTERESSE DA CONTRATANTE, O OBJETO DESTA EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS PODERÁ SER SUPRIMIDO OU ACRESCIDO ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO, FACULTADA A SUPRESSÃO ALÉM DESSE LIMITE, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 65, § 1º E 2º, INCISO II DA LEI Nº 8666/93.

15.5- NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, O VALOR INICIAL ATUALIZADO DA CONTRATAÇÃO PODERÁ SER AUMENTADO OU SUPRIMIDO ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), COM FUNDAMENTO NO ART. 65, §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 8.666/93.

15.6- A LICITANTE CONTRATADA FICA OBRIGADA A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES LICITADAS, OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS.

15.7- NENHUM ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO PODERÁ EXCEDER O LIMITE ESTABELECIDO NESTA CONDIÇÃO, EXCETO AS SUPRESSÕES RESULTANTES DE ACORDO ENTRE AS PARTES.

16- PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. PODERÃO SER FIRMADOS CONTRATOS, QUE SERÃO TRATADOS DE FORMA AUTÔNOMA E SE SUBMETERÃO IGUALMENTE A TODAS AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DA LEI Nº. 8.666/93, INCLUSIVE QUANTO ÀS PRORROGAÇÕES, ALTERAÇÕES E RESCISÕES.

16.2. **DAS ORDENS DE COMPRAS:** OS PRODUTOS LICITADOS/CONTRATADOS SERÃO ENTREGUES MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE ORDENS DE COMPRAS, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO AO LICITANTE VENCEDOR, QUE INDICARÃO OS QUANTITATIVOS A SEREM ENTREGUES, DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE ADMINISTRATIVA, A NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DA CONTRATANTE.

16.2.1. A ORDEM DE COMPRA EMITIDA CONTERÁ OS ITENS PRETENDIDOS E A RESPECTIVA QUANTIDADE, DEVENDO SER ENTREGUE AO BENEFICIÁRIO DO CONTRATO NO SEU ENDEREÇO FÍSICO, OU ENVIADA VIA FAC-SÍMILE AO SEU NÚMERO DE TELEFONE, OU AINDA REMETIDA VIA E-MAIL AO SEU ENDEREÇO ELETRÔNICO, CUJOS DADOS CONSTEM DO CADASTRO MUNICIPAL.

16.2.2. O CONTRATADO DEVERÁ ENTREGAR OS PRODUTOS SOLICITADOS NA ORDEM DE COMPRA, OPORTUNIDADE EM QUE RECEBERÁ O ATESTO DECLARANDO O FORNECIMENTO. OS PRODUTOS/SERVIÇOS SERÃO ENTREGUES NAS SEGUINTESS CONDIÇÕES:

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



A) NOS LOCAIS DETERMINADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO INDICADO NA ORDEM DE COMPRA;

B) NO PRAZO DE NO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE COMPRA NO HORÁRIO DE 07H ÀS 13H (HORÁRIO LOCAL).

A EMPRESA FORNECEDORA DOS PRODUTOS DEVERÁ:

C) APRESENTAR ESTRUTURA, COMPATÍVEL COM O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES GESTORAS DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

16.2.3. O ACEITE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS PELO ÓRGÃO RECEBEDOR NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR POR VÍCIO DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU DISPARIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO DESTES EDITAL QUANTO AOS PRODUTOS ENTREGUES.

16.2.4. OS PRODUTOS/SERVIÇOS DEVEM SER ENTREGUES CONFORME SOLICITADO NA ORDEM DE COMPRA, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, NO TERMO DE REFERÊNCIA E OBSERVAÇÕES CONSTANTES DE SUA PROPOSTA, BEM AINDA AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.

16.2.5. PARA OS PRODUTOS/SERVIÇOS OBJETOS DESTES CERTAME, DEVERÁ SER EMITIDA FATURA E NOTA FISCAL EM NOME DO DA(S) UNIDADES (S) GESTORA(S) DO MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE.

16.2.5.1. AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EMISSÃO DA FATURA E NOTA FISCAL DEVERÃO SER REQUERIDAS JUNTO A(S) UNIDADES(S) GESTORA(S).

16.2.6. NO CASO DE CONSTATAÇÃO DA INADEQUAÇÃO DO PRODUTO FORNECIDO ÀS NORMAS E EXIGÊNCIAS ESPECIFICADAS NESTE EDITAL, NA ORDEM DE COMPRA E NA PROPOSTA VENCEDORA A ADMINISTRAÇÃO OS RECUSARÁ, DEVENDO SER DE IMEDIATO OU NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ADEQUADOS ÀS SUPRACITADAS CONDIÇÕES, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CABÍVEIS, NA FORMA DA LEI E DESTES INSTRUMENTOS.

16.3. OS PRODUTOS LICITADOS/CONTRATADOS DEVERÃO SER ENTREGUES, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NOS ANEXOS DESSES INSTRUMENTOS E DISPOSIÇÕES CONSTANTES DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS, BEM AINDA ÀS NORMAS VIGENTES, ASSUMINDO O CONTRATADO A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS E QUAISQUER ÔNUS DE ORIGEM FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, BEM COMO, QUAISQUER ENCARGOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS, SEJAM TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS RESULTANTES DO FORNECIMENTO QUE LHESES SEJAM IMPUTÁVEIS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A TERCEIROS, E AINDA:

A) A REPARAR, CORRIGIR, REMOVER OU SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO TOTAL OU EM PARTE, O OBJETO EM QUE SE VERIFICAREM VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES;

B) RESPONSABILIZAR-SE PELOS DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE À ADMINISTRAÇÃO OU A TERCEIROS, DECORRENTES DE SUA CULPA OU DOLO NA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO, NÃO EXCLUINDO OU REDUZINDO ESSA RESPONSABILIDADE A FISCALIZAÇÃO OU O ACOMPANHAMENTO PELO ÓRGÃO INTERESSADO.

16.4. O PRAZO PARA PAGAMENTO SERÁ DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA PELA CONTRATADA.

16.5. O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ EFETUADO APÓS O ATESTO, PELO SERVIDOR COMPETENTE, DA NOTA FISCAL/FATURA APRESENTADA PELA CONTRATADA, QUE CONTERÁ O DETALHAMENTO DOS PRODUTOS ENTREGUES.

16.5.1. O ATESTO FICA CONDICIONADO À VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA NOTA FISCAL/FATURA APRESENTADA PELA CONTRATADA COM OS PRODUTOS EFETIVAMENTE ENTREGUES.

16.6. HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA OU DOS DOCUMENTOS PERTINENTES À CONTRATAÇÃO, OU, AINDA, CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, O PAGAMENTO FICARÁ PENDENTE ATÉ QUE A CONTRATADA PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS. NESTA HIPÓTESE, O PRAZO PARA PAGAMENTO INICIAR-SE-Á APÓS A

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, NÃO ACARRETANDO QUALQUER ÔNUS PARA A CONTRATANTE.

16.7. SERÁ EFETUADA A RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO, PROPORCIONAL À IRREGULARIDADE VERIFICADA, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS, CASO SE CONSTATE QUE A CONTRATADA:

16.7.1. NÃO PRODUZIU OS RESULTADOS ACORDADOS;

16.7.2. DEIXOU DE EXECUTAR AS ATIVIDADES CONTRATADAS, OU NÃO AS EXECUTOU COM A QUALIDADE MÍNIMA EXIGIDA;

16.8. ANTES DO PAGAMENTO, A CONTRATANTE REALIZARÁ CONSULTA PARA VERIFICAR A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA, DEVENDO O RESULTADO SER IMPRESSO, AUTENTICADO E JUNTADO AO PROCESSO DE PAGAMENTO.

16.9. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA DE CRÉDITO, MEDIANTE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE, NA AGÊNCIA E ESTABELECIMENTO BANCÁRIO INDICADO PELA CONTRATADA, OU POR OUTRO MEIO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

16.10. SERÁ CONSIDERADA COMO DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.

16.11. A CONTRATANTE NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR QUALQUER DESPESA QUE VENHA A SER EFETUADA PELA CONTRATADA, QUE PORVENTURA NÃO TENHA SIDO ACORDADA NO CONTRATO.

16.12 - OCORRENDO ATRASO NO PAGAMENTO, DESDE QUE A **CONTRATADA** NÃO TENHA CONCORRIDO, DE ALGUMA FORMA, PARA O ATRASO, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE ENCARGOS MORATÓRIOS APURADOS COM BASE NA VARIAÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI), DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA PREVISTA E A DO EFETIVO PAGAMENTO, ADOTANDO-SE O CRITÉRIO "PRÓ-RATA TEMPORIS" PARA AS ATUALIZAÇÕES NOS SUBPERÍODOS INFERIORES A 30 (TRINTA) DIAS.

16.13 - DEVERÃO SER EMITIDAS FATURAS DE ENCERRAMENTO AO FINDAR OS VÍNCULOS DESTE CONTRATO POR ESGOTAMENTO DO OBJETO, POR FINAL DO PRAZO OU RESCISÃO CONTRATUAL.

16.14- SERÃO DESCONTADOS DE (FORMA INTEGRAL OU PARCELADA) SOBRE O VALOR DA FATURA, OS VALORES DECORRENTES DE INDENIZAÇÕES OU DE MULTAS EVENTUALMENTE REGISTRADAS.

17- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. SOLICITAR A EXECUÇÃO DO OBJETO À CONTRATADA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE ORDEM DE COMPRA E OU SERVIÇO.

17.2. PROPORCIONAR À CONTRATADA TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO PLENO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO TERMO CONTRATUAL, INCLUSIVE COM O FORNECIMENTO DO OBJETO, CONSOANTE ESTABELECE A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES.

17.3. FISCALIZAR O OBJETO DESTE CONTRATO ATRAVÉS DE SUA UNIDADE COMPETENTE, PODENDO, EM DECORRÊNCIA, SOLICITAR PROVIDÊNCIAS DA CONTRATADA, QUE ATENDERÁ OU JUSTIFICARÁ DE IMEDIATO.

17.4. NOTIFICAR A CONTRATADA, DE QUALQUER IRREGULARIDADE DECORRENTE DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.

17.5. EFETUAR OS PAGAMENTOS DEVIDOS À CONTRATADA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE CONTRATO.

17.6. DETERMINAR O HORÁRIO DA REALIZAÇÃO/ENTREGA DOS SERVIÇOS/PRODUTOS PODENDO SER VARIÁVEL EM CADA LOCAL E PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO, CONFORME CONVENIÊNCIA DA CONTRATANTE COM OBSERVÂNCIA DAS LEIS TRABALHISTAS.

17.7. APLICAR AS PENALIDADES PREVISTAS EM LEI E NESTE INSTRUMENTO.

17.8. INDICAR OS LOCAIS ONDE SERÃO ENTREGUES/PRESTADOS OS PRODUTOS/SERVIÇOS.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



17.9. EXIGIR O CUMPRIMENTO DE TODOS OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA CONTRATADA, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E OS TERMOS DE SUA PROPOSTA.

17.10. NOTIFICAR A CONTRATADA, POR ESCRITO, SOBRE IMPERFEIÇÕES, FALHAS OU IRREGULARIDADES CONSTATADAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS, PARA QUE SEJAM ADOTADAS AS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS.

17.11. EXIGIR DA CONTRATADA, A QUALQUER TEMPO, DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE O CORRETO E TEMPESTIVO PAGAMENTO DE TODOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, FISCAIS E COMERCIAIS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTES CONTRATOS.

18- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1- ENTREGAR OS PRODUTOS OBJETO DO CONTRATO DE CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL, NO TERMO CONTRATUAL E NA PROPOSTA VENCEDORA DO CERTAME;

18.2- MANTER DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO;

18.3- PROVIDENCIAR A IMEDIATA CORREÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS E/OU IRREGULARIDADES APONTADAS PELA CONTRATANTE;

18.4- ARCAR COM EVENTUAIS PREJUÍZOS CAUSADOS À CONTRATANTE E/OU TERCEIROS, PROVOCADOS POR INEFICIÊNCIA OU IRREGULARIDADE COMETIDA POR SEUS EMPREGADOS E/OU PREPOSTOS ENVOLVIDOS NA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL.

18.5 - RESPONDER POR TODAS AS DESPESAS DIRETAS OU INDIRETAS QUE INDICAM OU VENHAM A INCIDIR SOBRE A EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUSIVE AS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A SALÁRIOS, PREVIDÊNCIA SOCIAL, IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS, TRANSPORTE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, RESPONDENDO OBRIGATORIAMENTE PELO FIEL CUMPRIMENTO DAS LEIS TRABALHISTAS E ESPECÍFICAS DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO CORRELATA, APLICÁVEIS AO PESSOAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL.

18.6 - PRESTAR IMEDIATAMENTE AS INFORMAÇÕES E OS ESCLARECIMENTOS QUE VENHAM A SER SOLICITADOS PELA CONTRATANTE, SALVO QUANDO IMPLICAREM EM INDAGAÇÕES DE CARÁTER TÉCNICO, HIPÓTESE EM QUE SERÃO RESPONDIDAS NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

18.7 - SUBSTITUIR OU REPARAR O OBJETO CONTRATUAL QUE COMPROVADAMENTE APRESENTE CONDIÇÕES DE DEFEITO OU EM DESCONFORMIDADES COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, NO PRAZO FIXADO PELO GESTOR DO CONTRATO.

18.8 - PROVIDENCIAR A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PROFISSIONAL ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL CUJA CONDUTA CONSIDERADA PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE.

18.9 - REFAZER A ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL QUE COMPROVADAMENTE APRESENTE CONDIÇÕES DE DEFEITO OU EM DESCONFORMIDADES COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONTADO DA SUA NOTIFICAÇÃO.

18.10 - REMOVER, ÀS SUAS EXPENSAS, TODO O MATERIAL QUE ESTIVER EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS, E/OU AQUELE EM QUE FOR CONSTATADO DANO EM DECORRÊNCIA DE TRANSPORTE OU ACONDICIONAMENTO, PROVIDENCIANDO A SUBSTITUIÇÃO DO MESMO, NO PRAZO IMEDIATO, CONTADOS DA NOTIFICAÇÃO QUE LHE FOR ENTREGUE OFICIALMENTE.

19- DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. COMETE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.520, DE 2002, A LICITANTE/ADJUDICATÁRIA QUE, NO DECORRER DA LICITAÇÃO:

19.1.1. NÃO ASSINAR O CONTRATO, QUANDO CONVOCADA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



- 19.1.2. APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA;
19.1.3. DEIXAR DE ENTREGAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO CERTAME;
19.1.4. NÃO MANTIVER A SUA PROPOSTA DENTRO DE PRAZO DE VALIDADE;
19.1.5. COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO;
19.1.6. COMETER FRAUDE FISCAL;
19.1.7. FIZER DECLARAÇÃO FALSA;
19.1.8. ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DO CERTAME.
19.2. A LICITANTE/ADJUDICATÁRIA QUE COMETER QUALQUER DAS INFRAÇÕES DISCRIMINADAS NO SUBITEM ANTERIOR FICARÁ SUJEITA, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, ÀS SEGUINTE SANÇÕES:
A. MULTA DE ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR ESTIMADO DO(S) ITEM(S) PREJUDICADO(S) PELA CONDUTA DO LICITANTE;
B. IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELO PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS;
19.2.1. A PENALIDADE DE MULTA PODE SER APLICADA CUMULATIVAMENTE COM AS DEMAIS SANÇÕES.
19.3. AS INFRAÇÕES E SANÇÕES RELATIVAS A ATOS PRATICADOS NO DECORRER DA CONTRATAÇÃO ESTÃO PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
19.4. A APLICAÇÃO DE QUALQUER DAS PENALIDADES PREVISTAS REALIZAR-SE-Á EM PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE ASSEGURARÁ O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, OBSERVANDO-SE O PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI Nº 8.666, DE 1993.
19.5. A AUTORIDADE COMPETENTE, NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES, LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO A GRAVIDADE DA CONDUTA DO INFRATOR, O CARÁTER EDUCATIVO DA PENA, BEM COMO O DANO CAUSADO À ADMINISTRAÇÃO, OBSERVADO O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.
19.6. AS MULTAS SERÃO RECOLHIDAS EM FAVOR DA CONTRATANTE, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DA COMUNICAÇÃO ENVIADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE, OU, QUANDO FOR O CASO, INSCRITAS NA DÍVIDA ATIVA E COBRADAS JUDICIALMENTE.
19.7. AS SANÇÕES AQUI PREVISTAS SÃO INDEPENDENTES ENTRE SI, PODENDO SER APLICADAS ISOLADAS OU, NO CASO DAS MULTAS, CUMULATIVAMENTE, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS.

20- DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. AS LICITANTES DEVEM OBSERVAR E A CONTRATADA DEVE OBSERVAR E FAZER OBSERVAR, POR SEUS FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS, SE ADMITIDA SUBCONTRATAÇÃO, O MAIS ALTO PADRÃO DE ÉTICA DURANTE TODO O PROCESSO DE LICITAÇÃO, DE CONTRATAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL. PARA OS PROPÓSITOS DESTES ITENS, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- A) "PRÁTICA CORRUPTA": OFERECER, DAR, RECEBER OU SOLICITAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUALQUER VANTAGEM COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR A AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO NO PROCESSO DE LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DE CONTRATO;
B) "PRÁTICA FRAUDULENTA": A FALSIFICAÇÃO OU OMISSÃO DOS FATOS, COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR O PROCESSO DE LICITAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DE CONTRATO;
C) "PRÁTICA CONLUIADA": ESQUEMATIZAR OU ESTABELECE UM ACORDO ENTRE DUAS OU MAIS LICITANTES, COM OU SEM O CONHECIMENTO DE REPRESENTANTES OU PREPOSTOS DO ÓRGÃO LICITADOR, VISANDO ESTABELECE PREÇOS EM NÍVEIS ARTIFICIAIS E NÃO-COMPETITIVOS;
D) "PRÁTICA COERCITIVA": CAUSAR DANO OU AMEAÇAR CAUSAR DANO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ÀS PESSOAS OU SUA PROPRIEDADE, VISANDO INFLUENCIAR SUA PARTICIPAÇÃO EM UM PROCESSO LICITATÓRIO OU AFETAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO.
E) "PRÁTICA OBSTRUTIVA":

(1) DESTRUIR, FALSIFICAR, ALTERAR OU OCULTAR PROVAS EM INSPEÇÕES OU FAZER DECLARAÇÕES FALSAS AOS REPRESENTANTES DO ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, COM

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



O OBJETIVO DE IMPEDIR MATERIALMENTE A APURAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE PRÁTICA PREVISTA NESTE SUBITEM;

(2) ATOS CUJA INTENÇÃO SEJA IMPEDIR MATERIALMENTE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE O ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL PROMOVER INSPEÇÃO.

20.2. NA HIPÓTESE DE FINANCIAMENTO, PARCIAL OU INTEGRAL, POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, ESTE ORGANISMO IMPORÁ SANÇÃO SOBRE UMA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA, PARA A OUTORGA DE CONTRATOS FINANCIADOS PELO ORGANISMO SE, EM QUALQUER MOMENTO, CONSTATAR O ENVOLVIMENTO DA EMPRESA, DIRETAMENTE OU POR MEIO DE UM AGENTE, EM PRÁTICAS CORRUPITAS, FRAUDULENTAS, CONLUIADAS, COERCITIVAS OU OBSTRUTIVAS AO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO OU DA EXECUÇÃO UM CONTRATO FINANCIADO PELO ORGANISMO.

20.3. CONSIDERANDO OS PROPÓSITOS DOS ITENS ACIMA, A LICITANTE VENCEDORA COMO CONDIÇÃO PARA A CONTRATACÃO, DEVERÁ CONCORDAR E AUTORIZAR QUE, NA HIPÓTESE DE O CONTRATO VIR A SER FINANCIADO, EM PARTE OU INTEGRALMENTE, POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, PERMITIRÁ QUE O ORGANISMO FINANCEIRO E/OU PESSOAS POR ELE FORMALMENTE INDICADAS POSSAM INSPECIONAR O LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E TODOS OS DOCUMENTOS E REGISTROS RELACIONADOS À LICITAÇÃO E À EXECUÇÃO DO CONTRATO.

20.4. A CONTRATANTE, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICARÁ AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PERTINENTES, PREVISTAS EM LEI, SE COMPROVAR O ENVOLVIMENTO DE REPRESENTANTE DA EMPRESA OU DA PESSOA FÍSICA CONTRATADA EM PRÁTICAS CORRUPITAS, FRAUDULENTAS, CONLUIADAS OU COERCITIVAS, NO DECORRER DA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DO CONTRATO FINANCIADO POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, CRIMINAIS E CÍVEIS.

21- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

21.1. A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO ENSEJA A SUA RESCISÃO, SE HOVER UMA DAS OCORRÊNCIAS PRESCRITAS NOS ARTIGOS 77 A 81 DA LEI Nº 8.666/93, DE 21/06/93;

21.1.1. A RESCISÃO DE CONTRATO PODERÁ SER:

A) DETERMINADA POR ATO UNILATERAL E ESCRITO DA CONTRATANTE, NOS CASOS ENUMERADOS NOS INCISOS I A XII E XVII DO ART. 78 DA LEI 8.666/93, NOTIFICANDO-SE A CONTRATADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 109, "I", LETRA "E", DA MESMA LEI;

B) AMIGÁVEL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, CASO HAJA CONVENIÊNCIA PARA A CONTRATANTE, REDUZIDA A TERMO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESDE QUE, CUMPRIDO O ESTABELECIMENTO NO § 1º DO ART. 79 DA LEI 8.666/93; C) JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

21.1.2. A RESCISÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL SERÁ PRECEDIDA DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE;

21.1.3. OS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, FICANDO ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

21.2. CONSTITUEM MOTIVO PARA RESCISÃO DO CONTRATO:

A) O NÃO-CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ESPECIFICAÇÕES E PRAZOS;

B) O CUMPRIMENTO IRREGULAR DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ESPECIFICAÇÕES E PRAZOS;

C) A LENTIDÃO DO SEU CUMPRIMENTO, LEVANDO A ADMINISTRAÇÃO A COMPROVAR A IMPOSSIBILIDADE DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO NOS PRAZOS ESTIPULADOS;

D) O ATRASO INJUSTIFICADO DO INÍCIO DE SERVIÇO SEM JUSTA CAUSA E PRÉVIA COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO;

E) A PARALISAÇÃO DO SERVIÇO OU DO FORNECIMENTO, SEM JUSTA CAUSA E PRÉVIA COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO; F) O DESATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES REGULARES

PAÇO MUNICIPAL:

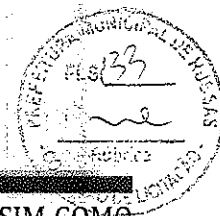
Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



DA AUTORIDADE DESIGNADA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A SUA EXECUÇÃO, ASSIM COMO AS DE SEUS SUPERIORES;

G) O COMETIMENTO REITERADO DE FALTAS NA SUA EXECUÇÃO, ANOTADAS NA FORMA DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 67 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993;

H) A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA OU INSTAURAÇÃO DA INSOLVÊNCIA CIVIL;

I) A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU O FALECIMENTO DO CONTRATADO;

J) A ALTERAÇÃO SOCIAL OU A MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE OU DA ESTRUTURA DA EMPRESA QUE PREJUDIQUE A EXECUÇÃO DO CONTRATO;

K) RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DE ALTA RELEVÂNCIA E AMPLO CONHECIMENTO JUSTIFICADAS E DETERMINADAS PELA MÁXIMA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA A QUE ESTÁ SUBORDINADO O CONTRATANTE E EXARADAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO A QUE SE REFERE O CONTRATO;

L) A SUPRESSÃO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, DOS MATERIAIS, ACARRETANDO MODIFICAÇÕES DO VALOR INICIAL DO CONTRATO ALÉM DO LIMITE PERMITIDO NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 65 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 EM CASO DE NÃO CONCORDÂNCIA POR PARTE DA EMPRESA;

M) A SUSPENSÃO DE SUA EXECUÇÃO POR ORDEM ESCRITA DA ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO SUPERIOR A 120 (CENTO E VINTE) DIAS, SALVO EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA, GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM INTERNA OU GUERRA, OU AINDA POR REPETIDAS SUSPENSÕES QUE TOTALIZEM O MESMO PRAZO, INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DE INDENIZAÇÕES PELAS SUCESSIVAS E CONTRATUALMENTE IMPREVISTAS DESMOBILIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES E OUTRAS PREVISTAS, ASSEGURADO AO CONTRATADO, NESSES CASOS, O DIREITO DE OPTAR PELA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS ATÉ QUE SEJA NORMALIZADA A SITUAÇÃO;

N) A OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, REGULARMENTE COMPROVADA, IMPEDITIVA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

O) O DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PENAS CABÍVEIS;

P) O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI;

Q) A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO SEU OBJETO, A ASSOCIAÇÃO DO CONTRATADO COM OUTREM, A CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, TOTAL OU PARCIAL DA POSIÇÃO CONTRATUAL, BEM COMO A FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO, QUE IMPLIQUE VIOLAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES OU PREJUDIQUE A REGULAR EXECUÇÃO DO CONTRATO.

22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. FICA ASSEGURADO À ENTIDADE DE LICITAÇÃO O DIREITO DE:

22.1.1. ADIAR A DATA DE ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, DANDO CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS, NOTIFICANDO-SE, POR ESCRITO, ÀS LICITANTES QUE JÁ TENHAM RETIRADO O EDITAL, COM A ANTECEDÊNCIA DE PELO MENOS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, ANTES DA DATA INICIALMENTE MARCADA;

22.1.2. ANULAR OU REVOGAR, NO TODO OU EM PARTE, O PRESENTE PREGÃO, A QUALQUER TEMPO, DESDE QUE OCORRENTES AS HIPÓTESES DE ILEGALIDADE OU INTERESSE PÚBLICO, DANDO CIÊNCIA AOS INTERESSADOS;

22.1.3. ALTERAR AS CONDIÇÕES DESTA EDITAL OU QUALQUER DOCUMENTO PERTINENTE A ESTE PREGÃO, FIXANDO NOVO PRAZO, NÃO INFERIOR A 08 (OITO) DIAS ÚTEIS, PARA A ABERTURA DAS PROPOSTAS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES;

22.2. A PARTICIPAÇÃO NESTE PREGÃO IMPLICARÁ ACEITAÇÃO INTEGRAL E IRRETRATÁVEL DAS NORMAS DO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO NA OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS LEGAIS E REGULAMENTARES, RESSALVADOS O DIREITO DE IMPUGNAÇÃO E RECURSO.

22.3. É FACULTADA AA PREGOEIRA OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLEMENTAR A

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA.

22.4 A CONTRATADA FICARÁ RESPONSÁVEL POR QUAISQUER DANOS QUE VENHA A CAUSAR A TERCEIROS OU AO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE DE LICITAÇÃO, REPARANDO ÀS SUAS CUSTAS OS MESMOS, DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, SEM QUE LHE CAIBA NENHUMA INDENIZAÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE DE LICITAÇÃO.

22.5. TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NESTE CERTAME DEVERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAL E/OU POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA AUTENTICADA POR TABELIÃO DE NOTAS.

22.6. CÓPIAS DO EDITAL E ANEXOS SERÃO FORNECIDAS NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DESTA PREFEITURA, OU ATRAVÉS DO SITE: WWW.TCE.CE.GOV.BR.

22.7. QUALQUER MODIFICAÇÃO NO EDITAL EXIGE DIVULGAÇÃO PELO MESMO INSTRUMENTO DE PUBLICAÇÃO EM QUE SE DEU O TEXTO ORIGINAL, REABRINDO-SE O PRAZO INICIALMENTE ESTABELECIDO, EXCETO QUANDO, INQUESTIONAVELMENTE, A ALTERAÇÃO NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.

22.8. NÃO HAVENDO EXPEDIENTE OU OCORRENDO QUALQUER FATO SUPERVENIENTE QUE IMPEÇA A REALIZAÇÃO DO CERTAME NA DATA MARCADA, A SESSÃO SERÁ AUTOMATICAMENTE TRANSFERIDA PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, NO MESMO HORÁRIO E LOCAL ANTERIORMENTE ESTABELECIDO, DESDE QUE NÃO HAJA COMUNICAÇÃO DA PREGOEIRA EM CONTRÁRIO.

22.9. NO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS, A PREGOEIRA PODERÁ SANAR ERROS OU FALHAS QUE NÃO ALTEREM A SUBSTÂNCIA DAS PROPOSTAS, DOS DOCUMENTOS E SUA VALIDADE JURÍDICA, MEDIANTE DESPACHO FUNDAMENTADO, REGISTRADO EM ATA ACESSÍVEL A TODOS, ATRIBUINDO-LHES VALIDADE E EFICÁCIA PARA FINS DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

22.10. A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DESTA LICITAÇÃO NÃO IMPLICARÁ DIREITO À CONTRATAÇÃO.

22.11. OS LICITANTES ASSUMEM TODOS OS CUSTOS DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS E A ADMINISTRAÇÃO NÃO SERÁ, EM NENHUM CASO, RESPONSÁVEL POR ESSES CUSTOS, INDEPENDENTEMENTE DA CONDUÇÃO OU DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO.

22.12. O LICITANTE DEVERÁ MANTER PREPOSTO, ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO, NO LOCAL DO SERVIÇO, SE FOR O CASO, PARA REPRESENTÁ-LO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

22.13. NA CONTAGEM DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, EXCLUIR-SE-Á O DIA DO INÍCIO E INCLUIR-SE-Á O DO VENCIMENTO. SÓ SE INICIAM E VENCEM OS PRAZOS EM DIAS DE EXPEDIENTE NA ADMINISTRAÇÃO.

23 - DO FORO

23.1- FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE RUSSAS, ESTADO DO CEARÁ, PARA DIRIMIR TODA E QUALQUER CONTROVÉRSIA ORIUNDA DO PRESENTE EDITAL, QUE NÃO POSSA SER RESOLVIDA PELA VIA ADMINISTRATIVA, RENUNCIANDO-SE, DESDE JÁ, A QUALQUER OUTRO, POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA.

RUSSAS-CE, 18 DE FEVEREIRO DE 2022.


ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA
PREGOEIRA OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0-OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS.

2.0-ORGÃO ADMINISTRATIVO REQUISITANTE DO CERTAME: Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos –SEINFRA.

ORIGEM, MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS, TIPO DE LICITAÇÃO E FORNECIMENTO DOS PRODUTOS.

O presente termo de referência é oriundo das Solicitações de Despesas, procedentes da Secretaria de infraestrutura e Serviços Urbanos. Deverá ser adotada a modalidade licitatória PREGAO na forma PRESENCIAL, tendo com critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**, tudo com fundamento da Lei N9. 10.520/02 c/c Lei N9. 8.666/93.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor prego POR LOTE.

3- JUSTIFICATIVA:

A futura aquisição visa o pleno funcionamento do Abatedouro Público Municipal visto que, a Secretaria de Infraestrutura não possui reserva de lenha vegetal de cajueiro, portanto tem a necessidade da aquisição através de terceiros.

O produto a ser adquirido é de suma importância para o funcionamento das caldeiras do Matadouro público do município de Russas, visto que, o não funcionamento das mesmas fica impossibilitado a matança de animais. bem como, a higienização dos locais de abate.

(*) A LENHA ENTREGUE DEVERÁ TER CERTIFICACAO NO IBAMA OU SEMACE. CARREGO E DESCARREGO POR CONTA DO CONTRATADO E A MESMA DEVERÁ SER ENTREGUE NO MATADOURO PUBLICO DO MUNICIPIO DE RUSSAS.

4.0-ESPECIFICAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT. TOTAL
1	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS.	CARRADA 20m ³	50

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1- Os serviços quando forem solicitados deverão ser fornecidos imediatamente a contar da expedição das AUTORIZAÇÕES-ORDENS DE COMPRA/SERVIÇO, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Serviço;

b) No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço no horário de 07h às 13h (horário local).

5.2 O aceite dos produtos/serviços pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

5.3 Os produtos/serviços devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Serviço, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

5.4 Para os produtos/serviços objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) Unidades (s) gestora(s) do Município de Russas/CE.

5.5 As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidades(s) gestora(s).

5.6 A empresa fornecedora dos produtos deverá:

a) apresentar estrutura, compatível com o atendimento das necessidades das unidades gestoras discriminadas no termo de referência do edital.

6 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato terá prazo de vigência até 31/12/2022, com cronograma de entrega de 60(sessenta) dias, podendo ser aditado nos casos previstos no Art.57 da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

7-DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

1 - Alterações do Contrato original que venham a ser necessária serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante Termos Aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela CONTRATANTE:

a. Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;

b. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, do valor inicial do Contrato ou instrumento equivalente.

II - por acordo entre as partes:

a. Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;

b. Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do Contrato original;

c. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

2- Os serviços adicionais cujos preços unitários não são contemplados na Proposta inicial serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites estabelecidos na letra "b", do inciso I.

3- No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais, ou se já os tiver adquirido e posto nos locais de trabalhos, este deverão ser pagos pelos custos de aquisição, transporte e outros regularmente comprovados e monetariamente corrigidos,

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



podendo caber indenização por outros danos, eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

4- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desses, para mais ou para menos, conforme o caso.

5- Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio Econômico-Financeiro inicial.

6- A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 65, §1º da Lei nº 8.666/93, do valor inicial do Contrato.

7- Durante todo o período de execução do Contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

8.0-DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1.A fiscalização do contrato dar-se nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 — A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.3 - O representante da Administração anotara em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários a regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providências cabíveis.

9.0 - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

9.1-Entregar os produtos objeto do Contrato do conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

9.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

9.4» Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

9.5 — Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações do caráter técnico, hipótese em que serem respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



9.7 — Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

9.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

9.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

9.10 - Os produtos a serem entregues deverão estar de acordo com as especificações constantes do memorial descritivo.

10.0- - RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

10.1. Proporcionar a CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento do objeto, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações.

10.2. Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

10.3. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.4. Efetuar os pagamentos devidos. A CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

10.5. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento;

10.7. Indicar os locais onde serão entregues/prestados os produtos/serviços.

10.8. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.9. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.10. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

11.0- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições do termo de referência, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de Cheque nominal, acompanhado da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) CND emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) CND emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- e) CND emitida pela Prefeitura Municipal; e,
- f) CND emitida pela Justiça Federal do Trabalho.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, ATRAVÉS
DA SECRETARIA DE _____, E DO
OUTRO LADO A EMPRESA _____, QUE
ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE A AV. DOM LINO, Nº. 831, CENTRO, RUSSAS, CEARÁ, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº _____, NESTE ATO REPRESENTADO PELO (A) SECRETÁRIO(A) DE _____, SR.(A) _____, PORTADOR(A) DO CPF Nº. _____, DORAVANTE DENOMINADO DE **CONTRATANTE** E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA _____, COM SEDE À _____, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. _____, REPRESENTADA POR _____, PORTADOR(A) CPF Nº. _____, AO FIM ASSINADO, DORAVANTE DENOMINADA DE **CONTRATADA**, DE ACORDO COM O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. _____, EM CONFORMIDADE COM O QUE PRECEITUA A LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES; A LEI FEDERAL Nº. 10.520/02, DE 17 DE JULHO DE 2002, SUJEITANDO-SE OS CONTRATANTES ÀS SUAS NORMAS E ÀS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR AJUSTADAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- FUNDAMENTA-SE ESTE CONTRATO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº _____, DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17/07/2002 - LEI QUE REGULAMENTA O PREGÃO, PELO DECRETO Nº 3.555, DE 08/08/2000, ALTERADOS PELOS DECRETOS Nº 3.693, DE 20/12/2000 E Nº 3.784, DE 06/04/2001, DECRETO Nº 5.450, DE 31/05/2005, DECRETO MUNICIPAL Nº 077/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017 E TEM COMO SUBSIDIARIA A LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993 E ALTERAÇÕES POSTERIORES - LEI DE LICITAÇÕES, LEI Nº 8.078, DE 11/09/1990 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DECRETO Nº 6.204/07, LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014, LEI FEDERAL Nº 155/2016, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, LEI FEDERAL 12.440 DE 07 DE JULHO DE 2011 QUE ALTERA O TÍTULO VII-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO E DEMAIS NORMAS PERTINENTES E, AINDA, PÉLAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE CONTRATO.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE PAGARÁ À CONTRATADA PELA EXECUÇÃO DO OBJETO DESTES CONTRATO O VALOR GLOBAL DO ITEM DE R\$ _____ (_____); DISTRIBUÍDOS DA SEGUINTE FORMA. (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS).

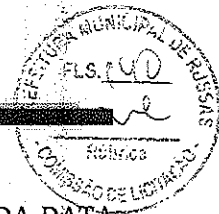
PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1- O CONTRATO TERÁ UM PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ _____, A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA, PODENDO SER ADITADO NOS CASOS PREVISTOS NO ART. 57 E INCISOS DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1 - AS DESPESAS DECORRENTES DO CONTRATO A SER CELEBRADO COM A LICITANTE VENCEDORA, CORRERÃO POR CONTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº. _____ - _____; ELEMENTO DE DESPESAS: _____ - _____; SUB ELEMENTO DE DESPESA: _____, COM RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS OU TRANSFERIDOS DA PMR, CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO DE 20__.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. PREÇOS: OS PREÇOS OFERTADOS DEVEM SER APRESENTADOS COM A INCIDÊNCIA DE TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS, TAXAS, FRETES, SEGUROS, DESLOCAMENTOS DE PESSOAL, CUSTOS E DEMAIS DESPESAS PREVISÍVEIS QUE POSSAM INCIDIR SOBRE O FORNECIMENTO, INCLUSIVE A MARGEM DE LÚCRO.

6.2. REAJUSTE: OS VALORES CONSTANTES DAS PROPOSTAS NÃO SOFRERÃO REAJUSTE ANTES DE DECORRIDOS 12 (DOZE) MESES, HIPÓTESE NA QUAL PODERÁ SER UTILIZADO O ÍNDICE IPCA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

6.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: NA HIPÓTESE DE SOBREVIREM FATOS IMPREVISÍVEIS, OU PREVISÍVEIS, PORÉM DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, RETARDADORES OU IMPEDITIVOS DA EXECUÇÃO DO AJUSTADO, OU AINDA, EM CASO DE FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO OU FATO DO PRÍNCIPE, CONFIGURANDO ÁLEA ECONÔMICA EXTRAORDINÁRIA E EXTRA CONTRATUAL, PODERÁ, MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ONDE RÉSTE DEMONSTRADA TAL SITUAÇÃO E TERMO ADITIVO, SER RESTABELECID A RELAÇÃO QUE AS PARTES PACTUARAM INICIALMENTE ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL DO CONTRATO, NA FORMA DO ARTIGO 65, II, "D" DA LEI Nº. 8.666/93, ALTERADA E CONSOLIDADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1 - A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DAR-SE-Á NOS TERMOS DO ART. 67 DA LEI FEDERAL 8.666 DE 1993, SERÁ DESIGNADO REPRESENTANTE PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A ENTREGA DOS BENS E/OU SERVIÇOS, ANOTANDO EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS A EXECUÇÃO E DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DE FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS.

7.2 - A FISCALIZAÇÃO NÃO EXCLUI NEM REDUZ A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, INCLUSIVE PERANTE TERCEIROS, POR QUALQUER IRREGULARIDADE, AINDA QUE RESULTE DE IMPERFEIÇÕES TÉCNICAS OU VÍCIOS REDIBITÓRIOS, E, NA OCORRÊNCIA DESTA, NÃO IMPLICA CORRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO OU DE SEUS AGENTES E PREPOSTOS, DE CONFORMIDADE COM O ART. 70 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

7.3 - O REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO ANOTARÁ EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DO CONTRATO, INDICANDO DIA, MÊS E ANO, BEM COMO O NOME DOS FUNCIONÁRIOS À REGULARIZAÇÃO EVENTUALMENTE ENVOLVIDOS, DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DAS FALHAS OU DEFEITOS

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



OBSERVADOS E ENCAMINHANDO OS APONTAMENTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

7.4 - NO INTERESSE DA CONTRATANTE, O OBJETO DESTES EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS PODERÁ SER SUPRIMIDO OU ACRESCIDO ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO, FACULTADA A SUPRESSÃO ALÉM DESSE LIMITE, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 65, § 1º E 2º, INCISO II DA LEI Nº 8666/93.

7.5- NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, O VALOR INICIAL ATUALIZADO DA CONTRATAÇÃO PODERÁ SER AUMENTADO OU SUPRIMIDO ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), COM FUNDAMENTO NO ART. 65, §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 8.666/93.

7.6- A LICITANTE CONTRATADA FICA OBRIGADA A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES LICITADAS, OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS.

7.7- NENHUM ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO PODERÁ EXCEDER O LIMITE ESTABELECIDO NESTA CONDIÇÃO, EXCETO AS SUPRESSÕES RESULTANTES DE ACORDO ENTRE AS PARTES.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. PODERÃO SER FIRMADOS CONTRATOS, QUE SERÃO TRATADOS DE FORMA AUTÔNOMA E SE SUBMETERÃO IGUALMENTE A TODAS AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DA LEI Nº. 8.666/93, INCLUSIVE QUANTO ÀS PRORROGAÇÕES, ALTERAÇÕES E RESCISÕES.

8.2. DAS ORDENS DE COMPRAS: OS PRODUTOS LICITADOS/CONTRATADOS SERÃO ENTREGUES MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE ORDENS DE COMPRAS, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO AO LICITANTE VENCEDOR, QUE INDICARÃO OS QUANTITATIVOS A SEREM ENTREGUES, DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE ADMINISTRATIVA, A NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DA CONTRATANTE.

8.2.1. A ORDEM DE COMPRA EMITIDA CONTERÁ OS ITENS PRETENDIDOS E A RESPECTIVA QUANTIDADE, DEVENDO SER ENTREGUE AO BENEFICIÁRIO DO CONTRATO NO SEU ENDEREÇO FÍSICO, OU ENVIADA VIA FAC-SÍMILE AO SEU NÚMERO DE TELEFONE, OU AINDA REMETIDA VIA E-MAIL AO SEU ENDEREÇO ELETRÔNICO, CUJOS DADOS CONSTEM DO CADASTRO MUNICIPAL.

8.2.2. O CONTRATADO DEVERÁ ENTREGAR OS PRODUTOS SOLICITADOS NA ORDEM DE COMPRA, OPORTUNIDADE EM QUE RECEBERÁ O ATESTO DECLARANDO O FORNECIMENTO. OS PRODUTOS/SERVIÇOS SERÃO ENTREGUES NAS SEGUINTESS CONDIÇÕES:

A) NOS LOCAIS DETERMINADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO INDICADO NA ORDEM DE COMPRA;

B) NO PRAZO DE NO MÁXIMO DE ____ (____) DIAS CORRIDOS APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE COMPRA NO HORÁRIO DE 07H ÀS 13H (HORÁRIO LOCAL).

A EMPRESA FORNECEDORA DOS PRODUTOS DEVERÁ:

C) APRESENTAR ESTRUTURA, COMPATÍVEL COM O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES GESTORAS DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

8.2.3. O ACEITE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS PELO ÓRGÃO RECEBEDOR NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR POR VÍCIO DE QUANTIDADE, QUALIDADE OU DISPARIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO DESTES EDITAL QUANTO AOS PRODUTOS ENTREGUES.

8.2.4. OS PRODUTOS/SERVIÇOS DEVEM SER ENTREGUES CONFORME SOLICITADO NA ORDEM DE COMPRA, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, NO TERMO DE REFERÊNCIA E OBSERVAÇÕES CONSTANTES DE SUA PROPOSTA, BEM AINDA AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.

8.2.5. PARA OS PRODUTOS/SERVIÇOS OBJETOS DESTES CERTAME, DEVERÁ SER EMITIDA FATURA E NOTA FISCAL EM NOME DO DA(S) UNID(S) GESTORA(S) DO MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE.

8.2.5.1. AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EMISSÃO DA FATURA E NOTA FISCAL DEVERÃO SER REQUERIDAS JUNTO A(S) UNID(S) GESTORA(S).

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



8.2.6. NO CASO DE CONSTATAÇÃO DA INADEQUAÇÃO DO PRODUTO FORNECIDO ÀS NORMAS E EXIGÊNCIAS ESPECIFICADAS NESTE EDITAL, NA ORDEM DE COMPRA E NA PROPOSTA VENCEDORA A ADMINISTRAÇÃO OS RECUSARÁ, DEVENDO SER DE IMEDIATO OU NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ADEQUADOS ÀS SUPRACITADAS CONDIÇÕES, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CABÍVEIS, NA FORMA DA LEI E DESTE INSTRUMENTO.

8.3. OS PRODUTOS LICITADOS/CONTRATADOS DEVERÃO SER ENTREGUES, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NOS ANEXOS DESSE INSTRUMENTO E DISPOSIÇÕES CONSTANTES DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS, BEM AINDA ÀS NORMAS VIGENTES, ASSUMINDO O CONTRATADO A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS E QUAISQUER ÔNUS DE ORIGEM FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, BEM COMO, QUAISQUER ENCARGOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS, SEJAM TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS RESULTANTES DO FORNECIMENTO QUE LHESES SEJAM IMPUTÁVEIS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A TERCEIROS, E AINDA:

A) A REPARAR, CORRIGIR, REMOVER OU SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO TOTAL OU EM PARTE, O OBJETO EM QUE SE VERIFICAREM VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES;

B) RESPONSABILIZAR-SE PELOS DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE À ADMINISTRAÇÃO OU A TERCEIROS, DECORRENTES DE SUA CULPA OU DOLO NA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO, NÃO EXCLUINDO OU REDUZINDO ESSA RESPONSABILIDADE A FISCALIZAÇÃO OU O ACOMPANHAMENTO PELO ÓRGÃO INTERESSADO.

8.4. O PRAZO PARA PAGAMENTO SERÁ DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA PELA CONTRATADA.

8.5. O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ EFETUADO APÓS O ATESTO, PELO SERVIDOR COMPETENTE, DA NOTA FISCAL/FATURA APRESENTADA PELA CONTRATADA, QUE CONTERÁ O DETALHAMENTO DOS PRODUTOS ENTREGUES.

8.5.1. O ATESTO FICA CONDICIONADO À VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA NOTA FISCAL/FATURA APRESENTADA PELA CONTRATADA COM OS PRODUTOS EFETIVAMENTE ENTREGUES.

8.6. HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA OU DOS DOCUMENTOS PERTINENTES À CONTRATAÇÃO, OU, AINDA, CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, O PAGAMENTO FICARÁ PENDENTE ATÉ QUE A CONTRATADA PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS. NESTA HIPÓTESE, O PRAZO PARA PAGAMENTO INICIAR-SE-Á APÓS A COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, NÃO ACARRETANDO QUALQUER ÔNUS PARA A CONTRATANTE.

8.7. SERÁ EFETUADA A RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO, PROPORCIONAL À IRREGULARIDADE VERIFICADA, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS, CASO SE CONSTATE QUE A CONTRATADA:

8.7.1. NÃO PRODUZIU OS RESULTADOS ACORDADOS;

8.7.2. DEIXOU DE EXECUTAR AS ATIVIDADES CONTRATADAS, OU NÃO AS EXECUTOU COM A QUALIDADE MÍNIMA EXIGIDA;

8.8. ANTES DO PAGAMENTO, A CONTRATANTE REALIZARÁ CONSULTA PARA VERIFICAR A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA, DEVENDO O RESULTADO SER IMPRESSO, AUTENTICADO E JUNTADO AO PROCESSO DE PAGAMENTO.

8.9. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA DE CRÉDITO, MEDIANTE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE, NA AGÊNCIA E ESTABELECIMENTO BANCÁRIO INDICADO PELA CONTRATADA, OU POR OUTRO MEIO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

8.10. SERÁ CONSIDERADA COMO DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.

8.11. A CONTRATANTE NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR QUALQUER DESPESA QUE VENHA A SER EFETUADA PELA CONTRATADA, QUE PORVENTURA NÃO TENHA SIDO ACORDADA NO CONTRATO.

8.12 - OCORRENDO ATRASO NO PAGAMENTO, DESDE QUE A CONTRATADA NÃO TENHA CONCORRIDO, DE ALGUMA FORMA, PARA O ATRASO, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



DE ENCARGOS MORATÓRIOS APURADOS COM BASE NA VARIAÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI), DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA PREVISTA E A DO EFETIVO PAGAMENTO, ADOTANDO-SE O CRITÉRIO "PRÓ-RATA TEMPORIS" PARA AS ATUALIZAÇÕES NOS SUBPERÍODOS INFERIORES A 30 (TRINTA) DIAS.

8.13 - DEVERÃO SER EMITIDAS FATURAS DE ENCERRAMENTO AO FINDER OS VÍNCULOS DESTES CONTRATOS POR ESGOTAMENTO DO OBJETO, POR FINAL DO PRAZO OU RESCISÃO CONTRATUAL.

8.14 - SERÃO DESCONTADOS DE (FORMA INTEGRAL OU PARCELADA) SOBRE O VALOR DA FATURA, OS VALORES DECORRENTES DE INDENIZAÇÕES OU DE MULTAS EVENTUALMENTE REGISTRADAS.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. SOLICITAR A EXECUÇÃO DO OBJETO À CONTRATADA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE ORDEM DE COMPRA E OU SERVIÇO.

9.2. PROPORCIONAR À CONTRATADA TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO PLENO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO TERMO CONTRATUAL, INCLUSIVE COM O FORNECIMENTO DO OBJETO, CONSOANTE ESTABELECE A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES.

9.3. FISCALIZAR O OBJETO DESTES CONTRATOS ATRAVÉS DE SUA UNIDADE COMPETENTE, PODENDO, EM DECORRÊNCIA, SOLICITAR PROVIDÊNCIAS DA CONTRATADA, QUE ATENDERÁ OU JUSTIFICARÁ DE IMEDIATO.

9.4. NOTIFICAR A CONTRATADA, DE QUALQUER IRREGULARIDADE DECORRENTE DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.

9.5. EFETUAR OS PAGAMENTOS DEVIDOS À CONTRATADA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE CONTRATO.

9.6. DETERMINAR O HORÁRIO DA REALIZAÇÃO/ENTREGA DOS SERVIÇOS/PRODUTOS PODENDO SER VARIÁVEL EM CADA LOCAL E PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO, CONFORME CONVENIÊNCIA DA CONTRATANTE COM OBSERVÂNCIA DAS LEIS TRABALHISTAS.

9.7. APLICAR AS PENALIDADES PREVISTAS EM LEI E NESTE INSTRUMENTO.

9.8. INDICAR OS LOCAIS ONDE SERÃO ENTREGUES/PRESTADOS OS PRODUTOS/SERVIÇOS.

9.9. EXIGIR O CUMPRIMENTO DE TODOS OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA CONTRATADA, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E OS TERMOS DE SUA PROPOSTA.

9.10. NOTIFICAR A CONTRATADA, POR ESCRITO, SOBRE IMPERFEIÇÕES, FALHAS OU IRREGULARIDADES CONSTATADAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS, PARA QUE SEJAM ADOTADAS AS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS.

9.11. EXIGIR DA CONTRATADA, A QUALQUER TEMPO, DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE O CORRETO E TEMPESTIVO PAGAMENTO DE TODOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, FISCAIS E COMERCIAIS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTES CONTRATOS.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1- ENTREGAR OS PRODUTOS OBJETO DO CONTRATO DE CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE TERMO CONTRATUAL E NA PROPOSTA VENCEDORA DO CERTAME;

10.2- MANTER DURANTE TODA A DURAÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO;

10.3- PROVIDENCIAR A IMEDIATA CORREÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS E/OU IRREGULARIDADES APONTADAS PELA CONTRATANTE;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



10.4- ARCAR COM EVENTUAIS PREJUÍZOS CAUSADOS À CONTRATANTE E/OU TERCEIROS, PROVOCADOS POR INEFICIÊNCIA OU IRREGULARIDADE COMETIDA POR SEUS EMPREGADOS E/OU PREPOSTOS ENVOLVIDOS NA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL.

10.5 - RESPONDER POR TODAS AS DESPESAS DIRETAS OU INDIRETAS QUE INDICAM OU VENHAM A INCIDIR SOBRE A EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUSIVE AS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A SALÁRIOS, PREVIDÊNCIA SOCIAL, IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS, TRANSPORTE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, RESPONDENDO OBRIGATORIAMENTE PELO FIEL CUMPRIMENTO DAS LEIS TRABALHISTAS E ESPECÍFICAS DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO CORRELATA, APLICÁVEIS AO PESSOAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL.

10.6 - PRESTAR IMEDIATAMENTE AS INFORMAÇÕES E OS ESCLARECIMENTOS QUE VENHAM A SER SOLICITADOS PELA CONTRATANTE, SALVO QUANDO IMPLICAREM EM INDAGAÇÕES DE CARÁTER TÉCNICO, HIPÓTESE EM QUE SERÃO RESPONDIDAS NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

10.7 - SUBSTITUIR OU REPARAR O OBJETO CONTRATUAL QUE COMPROVADAMENTE APRESENTE CONDIÇÕES DE DEFEITO OU EM DESCONFORMIDADES COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, NO PRAZO FIXADO PELO GESTOR DO CONTRATO.

10.8 - PROVIDENCIAR A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PROFISSIONAL ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL CUJA CONDUTA CONSIDERADA PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE.

10.9 - REFAZER A ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL QUE COMPROVADAMENTE APRESENTE CONDIÇÕES DE DEFEITO OU EM DESCONFORMIDADES COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONTADO DA SUA NOTIFICAÇÃO.

18.10 - REMOVER, ÀS SUAS EXPENSAS, TODO O MATERIAL QUE ESTIVER EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS, E/OU AQUELE EM QUE FOR CONSTATADO DANO EM DECORRÊNCIA DE TRANSPORTE OU ACONDICIONAMENTO, PROVIDENCIANDO A SUBSTITUIÇÃO DO MESMO, NO PRAZO IMEDIATO, CONTADOS DA NOTIFICAÇÃO QUE LHE FOR ENTREGUE OFICIALMENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. COMETE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.520, DE 2002, A LICITANTE/ADJUDICATÁRIA QUE, NO DECORRER DA LICITAÇÃO:

11.1.1. NÃO O CONTRATO, QUANDO CONVOCADA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA;

11.1.2. APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA;

11.1.3. DEIXAR DE ENTREGAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO CERTAME;

11.1.4. NÃO MANTIVER A SUA PROPOSTA DENTRO DE PRAZO DE VALIDADE;

11.1.5. COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO;

11.1.6. COMETER FRAUDE FISCAL;

11.1.7. FIZER DECLARAÇÃO FALSA;

11.1.8. ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DO CERTAME.

11.2. A LICITANTE/ADJUDICATÁRIA QUE COMETER QUALQUER DAS INFRAÇÕES DISCRIMINADAS NO SUBITEM ANTERIOR FICARÁ SUJEITA, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, ÀS SEGUINTE SANÇÕES:

A. MULTA DE ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR ESTIMADO DO(S) ITEM(S) PREJUDICADO(S) PELA CONDUTA DO LICITANTE;

B. IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELO PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS;

11.2.1. A PENALIDADE DE MULTA PODE SER APLICADA CUMULATIVAMENTE COM AS DEMAIS SANÇÕES.

11.3. AS INFRAÇÕES E SANÇÕES RELATIVAS A ATOS PRATICADOS NO DECORRER DA CONTRATAÇÃO ESTÃO PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



11.4. A APLICAÇÃO DE QUALQUER DAS PENALIDADES PREVISTAS REALIZAR-SE-Á EM PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE ASSEGURARÁ O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, OBSERVANDO-SE O PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI Nº 8.666, DE 1993.

11.5. A AUTORIDADE COMPETENTE, NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES, LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO A GRAVIDADE DA CONDUTA DO INFRATOR, O CARÁTER EDUCATIVO DA PENA, BEM COMO O DANO CAUSADO À ADMINISTRAÇÃO, OBSERVADO O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.

11.6. AS MULTAS SERÃO RECOLHIDAS EM FAVOR DA CONTRATANTE, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DA COMUNICAÇÃO ENVIADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE, OU, QUANDO FOR O CASO, INSCRITAS NA DÍVIDA ATIVA E COBRADAS JUDICIALMENTE.

11.7. AS SANÇÕES AQUI PREVISTAS SÃO INDEPENDENTES ENTRE SI, PODENDO SER APLICADAS ISOLADAS OU, NO CASO DAS MULTAS, CUMULATIVAMENTE, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

12.1. A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO ENSEJA A SUA RESCISÃO, SE HOUVER UMA DAS OCORRÊNCIAS PRESCRITAS NOS ARTIGOS 77 A 81 DA LEI Nº 8.666/93, DE 21/06/93;

12.1.1. A RESCISÃO DE CONTRATO PODERÁ SER:

A) DETERMINADA POR ATO UNILATERAL E ESCRITO DA CONTRATANTE, NOS CASOS ENUMERADOS NOS INCISOS I A XII E XVII DO ART. 78 DA LEI 8.666/93, NOTIFICANDO-SE A CONTRATADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 109, "I", LETRA "E", DA MESMA LEI;

B) AMIGÁVEL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, CASO HAJA CONVENIÊNCIA PARA A CONTRATANTE, REDUZIDA A TERMO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESDE QUE, CUMPRIDO O ESTABELECIMENTO NO § 1º DO ART. 79 DA LEI 8.666/93; C) JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

12.1.2. A RESCISÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL SERÁ PRECEDIDA DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE;

12.1.3. OS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, FICANDO ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

12.2. CONSTITUEM MOTIVO PARA RESCISÃO DO CONTRATO:

A) O NÃO-CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ESPECIFICAÇÕES E PRAZOS;

B) O CUMPRIMENTO IRREGULAR DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ESPECIFICAÇÕES E PRAZOS;

C) A LENTIDÃO DO SEU CUMPRIMENTO, LEVANDO A ADMINISTRAÇÃO A COMPROVAR A IMPOSSIBILIDADE DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO NOS PRAZOS ESTIPULADOS;

D) O ATRASO INJUSTIFICADO DO INÍCIO DE SERVIÇO SEM JUSTA CAUSA E PRÉVIA COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO;

E) A PARALISAÇÃO DO SERVIÇO OU DO FORNECIMENTO, SEM JUSTA CAUSA E PRÉVIA COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO; F) O DESATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES REGULARES DA AUTORIDADE DESIGNADA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A SUA EXECUÇÃO, ASSIM COMO AS DE SEUS SUPERIORES;

G) O COMETIMENTO REITERADO DE FALTAS NA SUA EXECUÇÃO, ANOTADAS NA FORMA DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 67 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993;

H) A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA OU INSTAURAÇÃO DA INSOLVÊNCIA CIVIL;

I) A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU O FALECIMENTO DO CONTRATADO;

J) A ALTERAÇÃO SOCIAL OU A MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE OU DA ESTRUTURA DA EMPRESA QUE PREJUDIQUE A EXECUÇÃO DO CONTRATO;

K) RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DE ALTA RELEVÂNCIA E AMPLO CONHECIMENTO JUSTIFICADAS E DETERMINADAS PELA MÁXIMA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA A QUE ESTÁ

PAÇO MUNICIPAL:

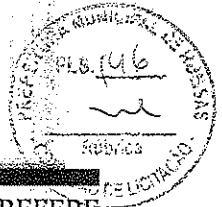
Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



SUBORDINADO O CONTRATANTE E EXARADAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO A QUE SE REFERE O CONTRATO;

L) A SUPRESSÃO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, DOS MATERIAIS, ACARRETANDO MODIFICAÇÕES DO VALOR INICIAL DO CONTRATO ALÉM DO LIMITE PERMITIDO NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 65 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 EM CASO DE NÃO CONCORDÂNCIA POR PARTE DA EMPRESA;

M) A SUSPENSÃO DE SUA EXECUÇÃO POR ORDEM ESCRITA DA ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO SUPERIOR A 120 (CENTO E VINTE) DIAS, SALVO EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA, GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM INTERNA OU GUERRA, OU AINDA POR REPETIDAS SUSPENSÕES QUE TOTALIZEM O MESMO PRAZO, INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DE INDENIZAÇÕES PELAS SUCESSIVAS E CONTRATUALMENTE IMPREVISTAS DESMOBILIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES E OUTRAS PREVISTAS, ASSEGURADO AO CONTRATADO, NESSES CASOS, O DIREITO DE OPTAR PELA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS ATÉ QUE SEJA NORMALIZADA A SITUAÇÃO;

N) A OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, REGULARMENTE COMPROVADA, IMPEDITIVA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

O) O DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PENAIAS CABÍVEIS;

P) O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI;

Q) A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO SEU OBJETO, A ASSOCIAÇÃO DO CONTRATADO COM OUTREM, A CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, TOTAL OU PARCIAL DA POSIÇÃO CONTRATUAL, BEM COMO A FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO, QUE IMPLIQUE VIOLAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES OU PREJUDIQUE A REGULAR EXECUÇÃO DO CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. AS LICITANTES DEVEM OBSERVAR E A CONTRATADA DEVE OBSERVAR E FAZER OBSERVAR, POR SEUS FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS, SE ADMITIDA SUBCONTRATAÇÃO, O MAIS ALTO PADRÃO DE ÉTICA DURANTE TODO O PROCESSO DE LICITAÇÃO, DE CONTRATAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL. PARA OS PROPÓSITOS DESTES ITENS, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

A) "PRÁTICA CORRUPTA": OFERECER, DAR, RECEBER OU SOLICITAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUALQUER VANTAGEM COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR A AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO NO PROCESSO DE LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DE CONTRATO;

B) "PRÁTICA FRAUDULENTA": A FALSIFICAÇÃO OU OMISSÃO DOS FATOS, COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR O PROCESSO DE LICITAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DE CONTRATO;

C) "PRÁTICA CONLUIADA": ESQUEMATIZAR OU ESTABELECEER UM ACORDO ENTRE DUAS OU MAIS LICITANTES, COM OU SEM O CONHECIMENTO DE REPRESENTANTES OU PREPOSTOS DO ÓRGÃO LICITADOR, VISANDO ESTABELECEER PREÇOS EM NÍVEIS ARTIFICIAIS E NÃO-COMPETITIVOS;

D) "PRÁTICA COERCITIVA": CAUSAR DANO OU AMEAÇAR CAUSAR DANO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ÀS PESSOAS OU SUA PROPRIEDADE, VISANDO INFLUENCIAR SUA PARTICIPAÇÃO EM UM PROCESSO LICITATÓRIO OU AFETAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

E) "PRÁTICA OBSTRUTIVA":

(1) DESTRUIR, FALSIFICAR, ALTERAR OU OCULTAR PROVAS EM INSPEÇÕES OU FAZER DECLARAÇÕES FALSAS AOS REPRESENTANTES DO ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, COM O OBJETIVO DE IMPEDIR MATERIALMENTE A APURAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE PRÁTICA PREVISTA NESTE SUBITEM;

(2) ATOS CUJA INTENÇÃO SEJA IMPEDIR MATERIALMENTE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE O ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL PROMOVER INSPEÇÃO.

13.2. NA HIPÓTESE DE FINANCIAMENTO, PARCIAL OU INTEGRAL, POR ORGANISMO FINANCEIRO

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, ESTE ORGANISMO IMPORÁ SANÇÃO SOBRE UMA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA, PARA A OUTORGA DE CONTRATOS FINANCIADOS PELO ORGANISMO SE, EM QUALQUER MOMENTO, CONSTATAR O ENVOLVIMENTO DA EMPRESA, DIRETAMENTE OU POR MEIO DE UM AGENTE, EM PRÁTICAS CORRUPITAS, FRAUDULENTAS, CONLUIADAS, COERCITIVAS OU OBSTRUTIVAS AO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO OU DA EXECUÇÃO UM CONTRATO FINANCIADO PELO ORGANISMO.

13.3. CONSIDERANDO OS PROPÓSITOS DOS ITENS ACIMA, A LICITANTE VENCEDORA COMO CONDIÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO, DEVERÁ CONCORDAR E AUTORIZAR QUE, NA HIPÓTESE DE O CONTRATO VIR A SER FINANCIADO, EM PARTE OU INTEGRALMENTE, POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, PERMITIRÁ QUE O ORGANISMO FINANCEIRO E/OU PESSOAS POR ELE FORMALMENTE INDICADAS POSSAM INSPECIONAR O LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E TODOS OS DOCUMENTOS E REGISTROS RELACIONADOS À LICITAÇÃO E À EXECUÇÃO DO CONTRATO.

13.4. A CONTRATANTE, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICARÁ AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PERTINENTES, PREVISTAS EM LEI, SE COMPROVAR O ENVOLVIMENTO DE REPRESENTANTE DA EMPRESA OU DA PESSOA FÍSICA CONTRATADA EM PRÁTICAS CORRUPITAS, FRAUDULENTAS, CONLUIADAS OU COERCITIVAS, NO DECORRER DA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DO CONTRATO FINANCIADO POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, CRIMINAIS E CÍVEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1- FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE RUSSAS, ESTADO DO CEARÁ, PARA DIRIMIR TODA E QUALQUER CONTROVÉRSIA ORIUNDA DO PRESENTE EDITAL, QUE NÃO POSSA SER RESOLVIDA PELA VIA ADMINISTRATIVA, RENUNCIANDO-SE, DESDE JÁ, A QUALQUER OUTRO, POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA.

E, POR ESTAREM ACERTADOS AS PARTES, FIRMAM O PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL EM 03 (TRÊS) VIAS PARA QUE POSSA PRODUZIR OS EFEITOS LEGAIS.

RUSSAS (CE), ____ DE _____ DE 20__.

SECRETARIA _____
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS
CONTRATANTE

NOME DO REPRESENTANTE _____
NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

NOME:

CPF/MF:

02. _____

NOME CPF/MF

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



ANEXO III- FICHA DE CREDENCIAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022-SEINFRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS. ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE					
NOME DE FANTASIA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:			Nº		
BAIRRO:		CIDADE:		CEP:	
FONE/FAX:					
ENDEREÇO ELETRÔNICO DO LICITANTE:					
DADOS CREDENCIADO:					
RG Nº:					
CPF Nº:					



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001.18.02.2022-SEINFRA

A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ N.º _____, COM SEDE _____, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE ATENDERÁ ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL NO QUE SE REFERE A HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA, E QUE ESTÁ REGULAR PERANTE A FAZENDA NACIONAL, A SEGURIDADE SOCIAL, FGTS E CNDT.

_____, ____ DE _____ DE 2022

(ASSINATURA, NOME E NÚMERO DA IDENTIDADE DO DECLARANTE)



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

PREGÃO PRESENCIAL N.º001.18.02.2022-SEINFRA

A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ Nº. _____, COM SEDE _____, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE ATÉ A PRESENTE DATA INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

_____, ____ DE _____ DE 2022.

(ASSINATURA, NOME E NÚMERO DA IDENTIDADE DO DECLARANTE)



ANEXO VI

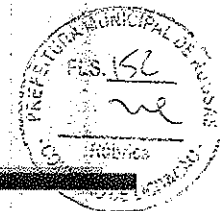
**DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022-SEINFRA**

A EMPRESA _____, CNPJ Nº. _____, COM SEDE _____
DECLARA, EM ATENDIMENTO AO PREVISTO NO
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º _____ QUE NÃO POSSUI EM
SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO MENOR DE 18 (DEZOITO) ANOS EM
TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E DE 16 (DEZESSEIS) ANOS
EM QUALQUER TRABALHO.

_____, ____ DE _____ DE 2022

(ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

OBS.: SE A EMPRESA POSSUIR MENOR DE 16 (DEZESSEIS) ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ,
DESDE QUE MAIOR DE 14 (QUATORZE) ANOS, DEVERÁ DECLARAR ESSA CONDIÇÃO.



ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE
MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022-SEINFRA

A EMPRESA _____, CNPJ N.º _____, COM SEDE _____, DECLARO (AMOS) PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, ESPECIFICAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, QUE ESTOU (AMOS) SOB O REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA EFEITO DO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014, LEI FEDERAL Nº 155/2016, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

_____, _____ DE _____ DE 2022

(ASSINATURA, NOME E NÚMERO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DO
DECLARANTE)



ANEXO VIII MODELO DE PROPOSTA

ATRAVÉS DO PRESENTE DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS DITAMES LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, SUBSIDIADA PELA LEI Nº 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES E, ÀS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022-SEINFRA

DECLARAMOS, AINDA QUE NOS PREÇOS APRESENTADOS, BEM COMO NOS LANCES VERBAIS, ESTÃO INCLUÍDOS TODOS OS CUSTOS E DESPESAS DE IMPOSTOS, TAXAS, ENTRE OUTROS.

ASSUMIMOS O COMPROMISSO DE BEM E FIELMENTE EXECUTAR O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, CASO SEJAMOS VENCEDORES DA PRESENTE LICITAÇÃO.

DADOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:

1. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 01 (UMA) VIA ORIGINAL, NA LÍNGUA PORTUGUESA, SALVO QUANTO ÀS EXPRESSÕES TÉCNICAS DE USO CORRENTE, REDIGIDA COM CLAREZA, SEM EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS, DEVIDAMENTE DATADA, ASSINADA E RUBRICADA TODAS AS FOLHAS PELO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE PROPONENTE, CONTENDO:
 2. INDICAÇÃO DO NOME E NÚMERO DO BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE PARA EFEITO DE PAGAMENTO;
 3. PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, EXPRESSOS EM ALGARISMO E POR EXTENSO, CONFORME **TERMO DE REFERÊNCIA**, DE FORMA CLARA E PRECISA, LIMITADO RIGOROSAMENTE AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, SEM ALTERNATIVAS DE PREÇOS OU QUALQUER OUTRA CONDIÇÃO QUE INDUZA O JULGAMENTO A TER MAIS DE UM RESULTADO;
 4. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, SERÁ CONSIDERADO O PRIMEIRO E ENTRE OS EXPRESSOS EM ALGARISMO E POR EXTENSO, PREVALECERÁ O ÚLTIMO;
 5. DECLARAÇÃO EXPRESSA DE QUE NOS PREÇOS CONTIDOS NA PROPOSTA ESCRITA E NAQUELES QUE, PORVENTURA, VIEREM A SER OFERTADOS POR MEIO DE LANCES VERBAIS ESTÃO INCLUÍDOS TODOS OS CUSTOS E DESPESAS, TAIS COMO: IMPOSTOS, TAXAS, FRETES E OUTROS.
 6. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:
 - A) CONTIVER VÍCIOS OU ILEGALIDADES;
 - B) ESTIVER EM DESACORDO COM QUALQUER DAS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE NO EDITAL;
 - C) CONTIVER OFERTA DE VANTAGEM NÃO PREVISTA EM EDITAL, INCLUSIVE FINANCIAMENTOS SUBSIDIADOS OU A FUNDO PERDIDO, OU APRESENTAR PREÇO OU VANTAGEM BASEADA NAS OFERTAS DAS DEMAIS LICITANTES;
 - D) APRESENTAR PROPOSTA COMERCIAL COM PERCENTUAL DE DESCONTO DE VALOR IGUAL A ZERO;
 - E) TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS INVEROSSÍMIL;
 - F) APRESENTAR PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS, ASSIM CONSIDERADOS AQUELES QUE NÃO VENHAM A TER DEMONSTRADA SUA VIABILIDADE, ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE QUE OS CUSTOS DOS INSUMOS SÃO COERENTES COM OS DE MERCADO E QUE OS COEFICIENTES DE PRODUTIVIDADE SÃO COMPATÍVEIS COM A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO;
 7. AS LICITANTES ARCARÃO COM TODOS OS CUSTOS DECORRENTES DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.
 8. O PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE NO MÍNIMO **60 (SESSENTA) DIAS**.
 9. APÓS APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL NÃO CABERÁ DESISTÊNCIA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS PUNIÇÕES PREVISTAS NA CLÁUSULA – “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



INSERIR PLANILHA

PROPONENTE:

CNPJ Nº:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____).

DADOS BANCÁRIOS: (PREFERENCIALMENTE BRADESCO)

PRAZO DE ENTREGA: ____ (____) DIAS.

VALIDADE DA PROPOSTA: ____ (____) DIAS.

ATENCIOSAMENTE,

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, CARIMBO DA EMPRESA LICITANTE)

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



ANEXO IX (*)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O
MUNICÍPIO DE RUSSAS.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.18.02.2022SEINFRA

EU, _____, PORTADOR(A) DO RG Nº _____ E
CPF Nº _____, RESIDENTE E DOMICILIADO(A) À _____,
OCUPANTE DO CARGO DE _____, DA EMPRESA _____,
INSCRITA COM O CNPJ Nº _____, COM SEDE À
_____, DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE NÃO TENHO
NENHUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO DE NENHUMA NATUREZA, COM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS.

_____, ____ DE ____ DE 2022

ASSINATURA DO DECLARANTE

(*) A DECLARAÇÃO SERÁ PARA TODOS OS SÓCIOS DA EMPRESA (SEPARADAMENTE), SE FOR O CASO.



ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
PREGÃO PRESENCIAL PPSRP Nº _____ - _____

Aos __ dias do mês de _____ de 20__, na sede da Secretaria de Finanças, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Presencial Nº _____ do respectivo resultado homologado, publicado na imprensa Oficial e Disposta no Flanelógrafo da Secretaria de Finanças em __/__/20__, conforme Decreto Municipal nº 077/2017 de 23 de Agosto de 2017, que vai assinada pelo Ordenador de Despesa, Gestor do Registro de Preços, e pelos representantes legais dos detentores do Registro de Preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se no edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA SRP Nº _____, e nos termos do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, publicado no D.O.U. de 24/01/2013, Decreto Federal 7.903/2013, Decreto Municipal nº 077/2017 de 23 de Agosto de 2017, bem como, nas Leis Federais nº 10.520/02 e n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando **FUTURA E EVENTUAL contratação** para _____, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência do edital, para o período de 12 (doze) meses do edital de Pregão Presencial acima identificado que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar e será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem os preços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

Parágrafo Único - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas obedecidas à legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação, podendo ser prorrogada, conforme Art. 12. do Decreto 7.892 de 23 de Janeiro de 2013. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ao final da sessão, encontrado o melhor lance, será indagado aos demais participantes na sua respectiva ordem de classificação, a intenção de composição de cadastro de reserva dos mesmos, tudo conforme os termos do inciso II do art. 11, parágrafo 1º do Decreto Municipal nº 077/2017, de 23 de Agosto de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PAÇO MUNICIPAL:

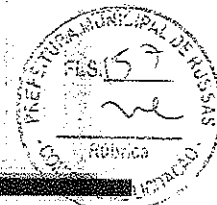
Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



Caberá ao Secretário(a) de _____ o gerenciamento da Ata de Registro de Preços, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas das Legislações Federais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da publicação desta Ata, os participantes do SRP poderão firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar à Secretaria Gestora do Contrato, a recusa do detentor de registro de preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelos órgãos participantes.

Parágrafo Primeiro - O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

Parágrafo Segundo - Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes nas Leis vigentes que fundamentam este Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro - Competirá à Secretaria Gestora do Contrato o controle e administração do SRP, em especial, as atribuições estabelecidas.

Parágrafo Segundo - Caberá à Secretaria Gestora do Contrato as atribuições que lhe são conferidas conforme as Legislações vigentes que regem este procedimento.

Parágrafo Terceiro - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- a) Atender aos pedidos efetuados pelo (s) órgão (s) ou entidade (s) participante (s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.
- b) Fornecer os bens/serviços ofertados, pelo menor preço registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do Sistema de Registro de Preços.
- c) Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas ao Município de Russas sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).
- d) Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- f) Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



- g) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- h) Substituir ou reparar o objeto/serviço que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do termo de referência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da sua notificação.
- i) Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante;
- j) Refazer o objeto que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste Termo, no prazo de 48 (quarenta e oito), contados da sua notificação;
- k) Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração;
- l) Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria Nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IPC-A da Fundação Getúlio Vargas.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA OITAVA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

- (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata, poderão ser cancelados de pleno direito, nas situações previstas na legalidade da legislação vigente para estes atos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA AQUISIÇÃO E/OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

As aquisições/serviços dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre a Secretaria Gestora do Contrato e os participantes/interessados (fornecedores).

Parágrafo Primeiro - Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelos órgãos participantes, ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Parágrafo Segundo - Neste caso, o órgão participante comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

Os produtos/serviços deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no edital de convocação, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br



DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicará os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos/serviços serão entregues nas seguintes condições:

- a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;
- b) No prazo de no máximo de ____ (____) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 13h (horário local).

O aceite dos produtos/serviços pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

Os produtos/serviços devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

Para os produtos/serviços objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) UNID(s) gestora(s) do Município de Russas/CE.

As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) UNID(s) gestora(s).

No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos produtos entregues.

O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1. Não produziu os resultados acordados;
2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou seus substitutivos.

Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



Comportar-se de modo inidôneo;
Cometer fraude fiscal;
Fizer declaração falsa;
Ensejar o retardamento da execução do certame.

A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos do Município de Russas, a ser informada da lavratura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro do município de Russas, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS SIGNATÁRIOS

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

SIGNATÁRIOS:

Secretaria de _____
GERENCIADOR DA ARP
Prefeitura Municipal de Russas

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



CONTRATANTE

REPRESENTANTE _____
EMPRESA _____

TESTEMUNHAS:

01. _____

Nome:

CPF/MF:

02. _____

Nome:

CPF/MF:

PAÇO MUNICIPAL:

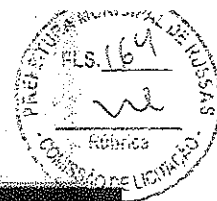
Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br



ANEXO XI - MAPA DE PREÇOS (RESULTADO)

PREGÃO PRESENCIAL PPSRP Nº-XXXXXXXXXX- DIV

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por lote.

LOTE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS	UNID	QTE.	VL. UNIT.	VL. GLOBAL
1				XXXXX	XXXXXXXX
2				XXXXX	XXXXXXXX

Proponente:

CNPJ nº:

Valor global da proposta: R\$ _____ (_____).

SIGNATÁRIOS:

Secretaria de _____
GERENCIADOR DA ARP
Prefeitura Municipal de Russas
CONTRATANTE

REPRESENTANTE
EMPRESA _____

TESTEMUNHAS:

01. _____
Nome:
CPF/MF:

02. _____
Nome:
CPF/MF:

PAÇO MUNICIPAL:
Av. Dom Lino, 831, Centro
CEP: 62.900-000
Fone: (88) 34118414
Site: www.russas.ce.gov.br



ANEXO XII

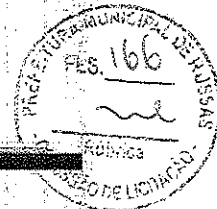
RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DO CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS.

Conforme item 12.2 do edital do PREGÃO PRESENCIAL PPSRP Nº. _____/2022 - SRP c/c com o inciso II do art. 11, parágrafo 1º do Decreto Municipal nº 077/2017, de 23 de Agosto de 2017, segue abaixo relação nominal dos componentes do cadastro de reserva da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** Nº. _____.

RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº.: ____
ENDEREÇO: ____
TELEFONE: ____
REPRESENTANTE: ____
RG Nº.: ____
CPF Nº.: ____



AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS. A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo licitação na modalidade **PREGÃO na forma PRESENCIAL Nº 001.16.02.2022-SEINFRA**, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS . Tipo: **Menor Preço por Lote**, que no dia **04 de março de 2022 às 09:00 horas** no auditório do CVT, situada na TRAVESSA PEDRO ARAÚJO, S/Nº, YPIRANGA, RUSSAS-CE (CVT), estará recebendo os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação. O edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e no horário de 08h00min as 12h00min na comissão de licitação (endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, nº 01, Russas - CE), 18 de fevereiro de 2022. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra. Pregoeira Oficial.

Russas- CE, 18 de fevereiro de 2022.


ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA.
Pregoeira do Município de Russas





AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS. A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo licitação na modalidade **PREGÃO na forma PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001.18.02.2022-SEINFRA**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENHA VEGETAL - CAJUEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE RUSSAS**. Tipo: **Menor Preço por Lote**, que no dia **04 de março de 2022 às 09:00 horas** no auditório do CVT, situada na TRAVESSA PEDRO ARAÚJO, S/Nº, YPIRANGA, RUSSAS-CE (CVT), estará recebendo os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação. O edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e no horário de 08h00min as 12h00min na comissão de licitação (endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, nº 01. Russas - CE), 18 de fevereiro de 2022. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra. Pregoeira Oficial.

A SER PUBLICADO: DIA 21/02/2022

**JORNAL: JORNAL O POVO
JORNAL DIARIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ - DOE
JORNAL DIÁRIO DA UNIÃO - DOU**

**PAÇO MUNICIPAL:
Av. Dom Lino, 831, Centro
CEP: 62.900-000
Fone: (88) 34118414
Site: www.russas.ce.gov.br
E-mail: licitacao@russas.ce.gov.br**



**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO AVISO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - PPSRP Nº 001.18.02.2022-SEINFRA**

A Pregoeira Oficial do Município de Russas-CE, no uso das suas atribuições, **CERTIFICA**, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao Disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, que o Aviso do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - PPSRP Nº 001.18.02.2022-SEINFRA**, foi publicado através de afixação na Portaria desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), na data de 18 de fevereiro de 2022.

Outrossim, ratificamos a Declaração primeira de que o respectivo Aviso do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - PPSRP Nº 001.18.02.2022-SEINFRA**, foi publicado nos jornais: **JORNAL O POVO, JORNAL DIARIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, Edição do dia 21 de fevereiro de 2022.

Russas-CE, 21 de fevereiro de 2022.


ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA.
Pregoeira do Município de Russas

PREFEITURA MUNICIPAL DE POTENGI

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2022.02.16.01-SEINFRA

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Potengi, Estado do Ceará, torna público, que estará realizando certame licitatório, na modalidade Concorrência Pública nº 2022.02.16.01-SEINFRA, cujo objeto é a Contratação dos serviços de limpeza e destinação final dos resíduos sólidos do município de Potengi/CE, de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. O certame acontecerá na sede da Prefeitura, na Rua José Edmilson Rocha, nº 135, centro, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia 23 de Março de 2022, a partir das 09:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (88) 3538-1562.

Potengi-CE, 18 de fevereiro de 2022.
EDNO LEITE MORAES

PREFEITURA MUNICIPAL DE POTRETAMA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE-005/2022-DIVERSAS

Objeto: Seleção de melhor proposta através de registro de preços para a futura aquisição de gêneros alimentícios (perceíveis e não perceíveis), materiais de expediente e didático, materiais de limpeza e higienização, materiais de copa e cozinha, bem como, outros materiais de consumo, destinados a manutenção diária das diversas Unidades administrativas (Secretarias) do Município de Potretama, de acordo com as especificações e quantidades constantes no termo de referência. Tipo: Menor Preço Por Lote. Forma de Disputa: Aberto e Fechado. A Comissão de Pregão comunica aos interessados que a entrega das propostas comerciais dar-se-á até o dia 04.03.2022 às 08:00 horas (Horário de Brasília). O Edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: <https://blcompras.com/Home/PublicAccess> Acesso Identificado no link - acesso publico e www.tce.ce.gov.br. Maiores informações através do e-mail: setorlicitacao@potretama@gmail.com. das 08:00 às 11:30 horas. À Comissão.

Potretama - CE, 18 de fevereiro de 2022
KELVIA AMELIA DANTAS SILVA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Registro de Preços Nº 10.002/2022-SRP
Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Lady Diana Arruda Mota, Secretária, torna público o extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 10.002/2022-PERP: Ata Nº 10.002/2022-SRP - Valor global: R\$43.396,00 - Contratada: Andreza de A. Pinto Costa, através de sua representante legal, a Sra. Andreza de Alacoque Pinto Costa. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de alimentação pronta. Prazo de vigência: 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 16/02/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7.003/2021-TP

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado do julgamento de recurso administrativo da fase de habilitação da Tomada de Preços Nº 07.003/2021-TP. Após análise do(s) recurso(s) administrativo(s) protocolado(s) pela(s) empresa(s) recorrente(s), dá análise do recurso estabelecido no instrumento convocatório, bem como no parecer técnico, julgo IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa C S Serviços & Locações Ltda ME mantendo a decisão do resultado da habilitação. Portanto, fica marcado a data para abertura de propostas para o dia 24/02/2022 às 14h. Maiores informações, na sede da Comissão de Licitação com endereço Rua Monsenhor SaViano Pinto, 707 - CEP 63.800-000 - Quixeramobim/CE no horário das 08h às 12h ou pelo site www.tce.ce.gov.br/licitacoes.

JOSE MAC DOWEL TEIXEIRA AZEVEDO NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2102.01/2022

A Comissão de Licitação de Quixeré comunica aos interessados que no próximo dia 09 de março de 2022, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2102.01/2022, cujo objeto é a construção de poço profundo (350m) na localidade de Ubaia, Município de Quixeré, conforme projeto em anexo. O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação, no horário de 07:00h às 12:00h, na sede da Prefeitura na Rua Padre Zacarias, 332 - Centro, ou no Portal de Licitações do TCE: www.tce.ce.gov.br/licitacoes.

Quixeré-CE, 18 de fevereiro de 2022
JOSE EUCIMAR DE LIMA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2022 - CH

A Comissão de Licitação, localizada na Rua Santos Dumont, Nº 913A, Centro, Redenção, torna público aos interessados o Chamamento Público Nº 001/2022 - CH, realizar Chamada Pública para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de 2022. Os interessados (Grupos formais, Informais ou fornecedores individuais) deverão apresentar a Documentação para Habilitação e Projeto de Venda no dia 17 de Março de 2022, às 10h, na sede da Comissão de Licitação do Município de Redenção com sede à Rua Santos Dumont, Nº 913A, Centro, Redenção, no horário de 08h às 15h em dias úteis.

Redenção-CE, 17 de fevereiro de 2022.
MÁRJORIE BRAGA MOREIRA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PERP/01/210122/SMS

Motivo: constatou-se a existência de erros de digitação na data de abertura do processo licitatório, onde resultou o mesmo erro também nas publicações dos jornais de aviso no DOU dia 18/02/2022 de Nº 35, Pág. 250, Seção 3. - Unidade Administrativa: Secretaria de Saúde - Regente: Equipe de Pregão - Processo Originário: Pregão Eletrônico Nº PERP/01/210122/SMS - Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Cilindros, Regulador de Pressão, Umidificador e recargas de Gás Oxigênio Medicinal, para atender demanda do Hospital Rita do Vale Rego do Município de Reriutaba/CE - Retificação: Onde se lê: "Data de Abertura: 04/03/2022". Leia-se: "Data

de Abertura: 07/03/2022". - Local de Realização da Licitação: Setor de Licitação - Rua Osvaldo Honório Lemos, 176 - Centro - CEP: 62.260-000 - Reriutaba/CE - Pregoeira: Sâmia Leda Tavares Timbó.

Reriutaba-CE, 18 de fevereiro de 2022
SÂMIA LEDA TAVARES TIMBÓ
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS

AVISO DE ALTERAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1.04.01.2022 - SEINFRA

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Russas-CE torna público para conhecimento dos interessados que, em face do provimento parcial de impugnação ao Edital, a NOVA DATA da Licitação na Modalidade Concorrência Pública 001.04.01.2022 - SEINFRA, cujo OBJETO é a Contratação de serviços de engenharia para realização de limpeza pública urbana no Município de Russas, CE, compreendendo coleta e transporte de resíduos domiciliares e comerciais, serviços de varrição, capinação, roço, poda e pintura de meio-fio de acordo com o projeto básico, em Anexo, será no dia 23 de Março de 2022, às 09h no Centro Vocacional Tecnológico (CVT), localizado na Travessa Pedro Araújo, S/Nº, bairro Ypiranga, Russas, Ceará. A Integra deste aviso encontra-se no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Russas-CE, 18 de fevereiro de 2022.
JORGE AUGUSTO CARDOSO DO NASCIMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1.18.02.2022-SEINFRA-SRP

A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão na forma Presencial Para Registro de Preços Nº 001.18.02.2022-SEINFRA, cujo Objeto é o Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Lenha Vegetal - Cajueiro, para atender as necessidades do matadouro público, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Russas. Tipo: Menor Preço por Lote, que no dia 04 de Março de 2022 às 09h no auditório do CVT, situada na Travessa Pedro Araújo, S/Nº, Ypiranga, Russas-CE (CVT), estará recebendo os Envelopes de Proposta de Preços e Habilitação. O Edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e no horário de 08h às 12h na Comissão de Licitação (endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, Nº 01, Russas - CE).

Russas-CE, 18 de fevereiro de 2022.
ROBERTA CARLOS GONCALVES BEZERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUIITÉRIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº PCS-01.080222-SOU

Unidade Administrativa: Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos - Regente: Comissão de Licitação - Processo Originário: Tomada de Preços Nº PCS-01.080222-SOU - Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia Civil, para Recuperação de estradas vicinais compreendendo o trecho: CE 257 à localidade de saco do Belém no município de Santa Quitéria/CE - MAPP 1231- Data de Abertura: 09/03/2022 - Horário: 14H00M - Local de Realização da Licitação: Sede da Prefeitura Municipal - Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria - Ceará - CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE - Local de Acesso ao Edital: No endereço acima e nos links <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> - Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H00M às 12H00M e de 14H00M às 17:00.

Santa Quitéria-CE, 18 de fevereiro de 2022.
JOSÉ FABIANO VIEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº PCS-01.040222-SEINFRA

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos - Regente: Comissão de Licitação - Processo Originário: Tomada de Preços nº PCS-01.040222-SEINFRA - Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia Civil, para Pavimentação de vias no município de Santa Quitéria/CE - MAPP 1058 - Data de Abertura: 09/03/2022 - Horário: 08H30M - Local de Realização da Licitação: Sede da Prefeitura Municipal - Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria - Ceará - CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE - Local de Acesso ao Edital: No endereço acima e nos links <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> - Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H00M às 12H00M e de 14H00M às 17:00.

Santa Quitéria-CE, 18 de fevereiro de 2022.
JOSÉ FABIANO VIEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº PCS-02.040222-SEINFRA

Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos - Regente: Comissão de Licitação - Processo Originário: Tomada de Preços nº PCS-02.040222-SEINFRA - Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia Civil, para Pavimentação de vias no município de Santa Quitéria/CE - MAPP 1230 (Pereiros) - Data de Abertura: 10/03/2022 - Horário: 08H30M - Local de Realização da Licitação: Sede da Prefeitura Municipal - Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria - Ceará - CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE - Local de Acesso ao Edital: No endereço acima e nos links <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> - Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H00M às 12H00M e de 14H00M às 17:00.

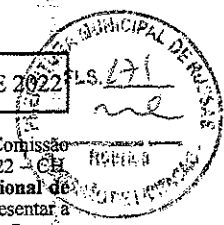
Santa Quitéria-CE, 18 de fevereiro de 2022.
JOSÉ FABIANO VIEIRA
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2102.01/22-PE

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (para o ano letivo de 2022) destinados ao atendimento dos programas de distribuição de merenda escolar da rede pública municipal de ensino do município de Santana do Acaraú/CE, de responsabilidade da secretaria de educação. Do tipo: menor preço. Da forma de fornecimento: parcelado. O Pregoeiro da Prefeitura de Santana do Acaraú-CE, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 22 de fevereiro de 2022 a 04 de março de 2022 até às 08h00min. (Horário de Brasília), estará recebendo as Propostas de Preços e





ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO – AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 – CH – A Comissão de Licitação, localizada na Rua Santos Dumont, Nº 913A, Centro, Redenção, torna público aos interessados o Chamamento Público Nº 001/2022 – CH para realizar Chamada Pública para **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de 2022.** Os interessados (Grupos formais, informais ou fornecedores individuais) deverão apresentar a Documentação para Habilitação e Projeto de Venda no dia **17 de Março de 2022, às 10h**, na sede da Comissão de Licitação do Município de Redenção com sede à Rua Santos Dumont, Nº 913A, Centro, Redenção, no horário de 08h às 15h em dias úteis. **Redenção-CE, 17 de Fevereiro de 2022. Márjorie Braga Moreira – Presidente da Comissão de Licitação.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022/PP – A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Iracema-CE torna público, para conhecimento dos interessados que no dia **07 de Março de 2022, às 07h**, no Setor de Licitação da Prefeitura, localizada à Rua: Delta Holanda, Nº 19, Centro, Iracema-CE, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 007/2022/PP, com o seguinte Objeto: **Locação de 45 impressoras multifuncional, com impressão - cópia - scanner - fax, bem como 200 recargas de bulk in impressora, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital. JUSTIFICATIVA: Atender a demanda de cópias e recarrego de cartuchos das Unidades Gestoras do Município de Iracema. Estima-se no Valor de R\$ 199.516,63. O qual encontra-se na íntegra no Setor da Comissão Permanente de Licitação, no endereço acima citado e no Site do TCE: <https://www.tce.ce.gov.br/>. Karizina Luzia Costa Serpa Moraes – Pregoeira.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA – Título: AVISO DE CONTRATAÇÃO – Termo Original: Contrato Nº 20220209.01 – Processo Originário: Tomada de Preços Nº TP/220921.01/SEINFRA – Objeto **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PIRES FERREIRA, contemplando a RUA DOS TRÊS (na localidade de Mulungu) e LOCALIDADE CIPÓ no município de Pires Ferreira – Ceará.** Contratante: **Secretaria de Infraestrutura – Contratada: MASTER SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, CNPJ nº 26.991.913/0001-00 – Valor: R\$ 560.172,38 (Quinhentos e sessenta mil cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos).** – Data da Assinatura do Contrato: **09/02/2022 – Vigência: 07 (meses) – Fundamentação Legal: Art. 54, Lei Federal nº 8.666/93 – Signatário: José Celso Macedo de Azevedo (CONTRATANTE); Alexandre Feitoza de Vasconcelos; (CONTRATADA).**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001.18.02.2022-SEINFRA – A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão na forma Presencial Para Registro de Preços Nº 001.18.02.2022-SEINFRA, cujo Objeto é o **Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Lenha Vegetal - Cajueiro, para atender as necessidades do matadouro público, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Russas. Tipo: Menor Preço por Lote, que no dia 04 de Março de 2022 às 09h no auditório do CVT, situada na Travessa Pedro Araújo, S/Nº, Ypiranga, Russas-CE (CVT), estará recebendo os Envelopes de Proposta de Preços e Habilitação. O Edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e no horário de 08h às 12h na Comissão de Licitação (endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, Nº 01, Russas – CE). Russas-CE, 18 de Fevereiro de 2022. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra – Pregoeira Oficial.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA – Título: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – Unidade Administrativa: **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos – Regente: Comissão de Licitação – Processo Originário: Tomada de Preços nº PCS-01.040222-SEINFRA – Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia Civil, para Pavimentação de vias no município de Santa Quitéria/CE – MAPP 1058 – Data de Abertura: 09/03/2022 – Horário: 08H30M – Local de Realização da Licitação: Sede da Prefeitura Municipal – Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria – Ceará – CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE – Local de Acesso ao Edital: No endereço acima e nos links <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H00M às 12H00M e de 14H00M às 17:00 – Presidente da Comissão de Licitação: José Fabiano Vieira.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA – Título: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – Unidade Administrativa: **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos – Regente: Comissão de Licitação – Processo Originário: Tomada de Preços nº PCS-02.040222-SEINFRA – Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia Civil, para Pavimentação de vias no município de Santa Quitéria/CE – MAPP 1230 (Pereiros) – Data de Abertura: 10/03/2022 – Horário: 08H30M – Local de Realização da Licitação: Sede da Prefeitura Municipal – Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria – Ceará – CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE – Local de Acesso ao Edital: No endereço acima e nos links <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H00M às 12H00M e de 14H00M às 17:00 – Presidente da Comissão de Licitação: José Fabiano Vieira.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA – Título: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – Unidade Administrativa: **Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos – Regente: Comissão de Licitação – Processo Originário: Tomada de Preços nº PCS-01.080222-SOU – Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia Civil, para Recuperação de estradas vicinais compreendendo o trecho: CE 257 à localidade de saco do Belém no município de Santa Quitéria/CE – MAPP 1231 – Data de Abertura: 09/03/2022 – Horário: 14H00M – Local de Realização da Licitação: Sede da Prefeitura Municipal – Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria – Ceará – CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE – Local de Acesso ao Edital: No endereço acima e nos links <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H00M às 12H00M e de 14H00M às 17:00 – Presidente da Comissão de Licitação: José Fabiano Vieira.**

Prefeitura Municipal de Quixeramobim - Extrato de Julgamento de Recurso Administrativo - Fase de Habilitação Aviso de Abertura de Propostas - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado do julgamento de recurso administrativo da fase de habilitação da Tomada de Preços Nº 07.003/2021-TP. Após análise do(s) recurso(s) administrativo(s) protocolado(s) pela(s) empresa(s) recorrente(s), dá análise do recurso estabelecido no instrumento convocatório, bem como no parecer técnico, julgo IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa C S Serviços & Locações Ltda ME mantendo a decisão do resultado da habilitação. Portanto, fica marcado a data para abertura de propostas para o dia 24/02/2022 às 14h. Maiores Informações, na sede da Comissão de Licitação com endereço Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707 – CEP 63.800-000 – Quixeramobim/Ce no horário de 08h às 12h ou pelo site www.tce.ce.gov.br/licitacoes. Jose Mac Dowel Teixeira Azevedo Neto.

Prefeitura Municipal de Parambu - Extrato de Contrato - Contratantes: Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos. Contratada: Gola Polo Têxtil e Magazine Ltda-ME. Educação, valor global de R\$ 120.848,56 (cento e vinte mil oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) Saúde: valor global de R\$ 81.982,80 (oitenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos). Urbanismo e Serviços Públicos: R\$ 36.996,00 (trinta e seis mil novecentos e noventa e seis reais). Objeto: Registro de preço visando aquisição de fardamento e material esportivo destinado a atender as necessidades das unidades administrativas do município, conforme especificações em anexo. Procedimento Licitatório: Pregão Presencial Nº 2021.07.09.001-GM. Vigência dos Contratos: 31/12/2022 a contar da data de sua assinatura. Dotações Orçamentárias: 07.07.12.122.0402.2.017 17.17.10.302.1003.2.011 01.24.01.15.452.340.2.206 Elemento de Despesa: 33.90.30.00/33.90.39.00. Assina pela Contratante: Wanderley Pereira Diniz – Ordenador de Despesas das Secretarias. Assina pela Contratada: Priscila Pereira Araujo. Data da Assinatura: 10/02/2022.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ipueiras - Aviso de Adjudicação e Homologação. O Município de Ipueiras - CE, através da Pregoeira, devidamente autorizada pela Portaria Nº 23110353/2021, Adjudica e o Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde Homologa o Pregão Eletrônico Nº 008/22-PE-DIV. Objeto: Registro de Preços para aquisição de vasilhame e recarga de gás GLP P13 e P45, para atender as diversas Secretarias do Município de Ipueiras-CE. Itens I, II, IV e VI para a empresa Companhia Líquidas Ipueiras LTDA, CNPJ: 35.416.605/0001-42, com o valor global de R\$ 508.000,00 (Quinhentos e Oito Mil Reais); Itens III e V Fracassados. **Ipueiras/CE, 16 de Fevereiro de 2022. Cecília Gabriely Soares Carvalho - Pregoeira.**

